



Julia Carneiro Rossi

“Esse habitat onde a gente mora”: Conhecimentos Locais
Como Fundamento Para a Educação Ambiental no Complexo
da Maré.

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito
para a obtenção do grau Mestre pelo
Programa de Pós Graduação em Educação
do Departamento de Educação da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a. Vera Maria Ferrão Candau

Rio de Janeiro
Abril/2018



Julia Carneiro Rossi

**“Esse habitat onde a gente mora”: Conhecimentos Locais
Como Fundamento Para a Educação Ambiental no
Complexo da Maré.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Educação do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Vera Maria Ferrão Candau

Orientadora

Departamento de Educação – PUC-Rio

Prof^a Silvana Soares de Araujo Mesquita

Departamento de Educação – PUC -Rio

Prof. Celso Sánchez Pereira

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a Monah Winograd

Coordenadora Setorial do Centro de teologia e Ciências
Humanas – PUC- Rio

Rio de Janeiro, 4 de Abril de 2018

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Julia Carneiro Rossi

Tem graduação em Ciências Biológicas: modalidade Biofísica pela UFRJ e mestrado pelo programa de pós graduação em educação da PUC Rio. É integrante do Grupo de Estudos sobre Cotidiano, Educação e Cultura (GECEC) e também é uma das idealizadoras do projeto extensão Muda Maré que atua com educação ambiental e agricultura urbana no complexo da Maré. Tem como foco de pesquisa e interesse a educação ambiental sob uma perspectiva crítica e a ecologia de saberes como um diálogo entre conhecimentos produzidos em espaços populares do Rio de Janeiro. Tem experiência com oficinas e atividades de educação científica, arte educação e educação ambiental para crianças, jovens e adultos e também com a produção e elaboração de projetos sociais e metodologias participativas. Atualmente trabalha como pesquisadora e mobilizadora do eixo de desenvolvimento territorial na OSCIP Redes de desenvolvimento da Maré.

Ficha Catalográfica

Rossi, Julia Carneiro

Esse habitat onde a gente mora : conhecimentos locais como fundamento para a educação ambiental no Complexo da Maré / Julia Carneiro Rossi ; orientadora: Vera Maria Ferrão Candau. – 2018.

102f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2018.

Inclui bibliografia

1. Educação – Teses. 2. Educação ambiental. 3. Favela. 4. Complexo da Maré. I. Candau, Vera Maria Ferrão. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. III. Título.

CDD: 370

Dedico esses escritos à Aline, que sempre gostou de ouvir histórias e fazer cafuné. Sua última volta ao sol com os pés nesse chão foi no dia que soube que fui aprovada para essa jornada acadêmica que foi banhada por suas águas ao longo desses dois anos.

Agradecimentos

Primeiro, agradeço à Maré, por ter sido, e continuar sendo, um espaço onde fiz amizades tão sinceras, compartilhei sonhos e tive acesso a conhecimentos que não estão na universidade.

Agradeço a minha família pela a forma de amor mais genuína que pude conhecer, que me deu apoio nas escolhas, e, mesmo com as preocupações, me ajudaram a enfrentar os desafios.

Agradeço ao projeto de extensão Muda Maré e ao coletivo Capim Limão por me inspirarem a seguir esse caminho, me darem apoio e mostrarem que o mato também é sala de aula.

À Cafuné na Laje, ao jaca, e aos meus irmãos que admiro muito, agradeço por me inspirarem a criatividade com tanto carinho, a família que eu escolhi.

Agradeço ao GECEC e minha querida orientadora Vera Candau, vocês me fazem acreditar em uma educação outra, uma universidade outra, desde o sul.

Ao GEASUR também expresse minha sincera gratidão por ter me recebido com tanto carinho em um momento em que ainda procurava possibilidades, são as referências que sempre vou levar comigo.

Agradeço ao CNPq pela bolsa concedida nesses doze meses de pesquisa.

À equipe do eixo de desenvolvimento territorial da Redes também agradeço por toda paciência em entender meus momentos de desesperos e me darem total apoio para finalizar esse ciclo. Trabalhar com vocês é um privilégio!

Termino agradecendo especialmente à Eliana, que me convidou à conhecer a Maré e me apresentou as pedras para construir esse caminho.

Resumo

Rossi, Julia Carneiro; Candau, Vera Ferrão. **“Esse habitat onde a gente mora”**: **Conhecimentos locais como fundamento para a educação ambiental no Complexo da Maré**. Rio de Janeiro, 2018. 102p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica.

As transformações no ambiente em decorrência da industrialização do Rio de Janeiro deram espaço à consolidação do Complexo da Maré que foi fruto de resistências e reinvenções para a ocupação desse território. A pesquisa realizada tem como objetivo principal compreender o que os moradores da Maré pensam sobre meio ambiente na favela e que relações os mesmos experimentam a partir dessas reinvenções. Nessa perspectiva foi possível identificar conhecimentos locais que possam dar subsídios à educação ambiental nessas favelas. O recorte utilizado na pesquisa foi construído a partir de uma rede de parcerias e trocas que venho experimentando na Maré desde 2011 com o projeto de extensão da UFRJ “Muda Maré”. Quanto à metodologia, foram feitas observações em quatro favelas do complexo, oito entrevistas semi estruturadas e análises de quatro documentos relevantes ao tema da pesquisa. Levando em conta que a literatura sobre educação ambiental em favelas é pouco desenvolvida, me aproximo da Justiça Ambiental e do Racismo Ambiental para compreender como os movimentos sociais pautam o meio ambiente como um direito básico da população. Temas geradores e educação popular também são fundamentos utilizados para compreender a educação ambiental em contextos não escolares. Outra linha de reflexão é a ecologia de saberes que propõe o diálogo horizontal entre diferentes conhecimentos. A pesquisa teve como resultado um conteúdo que identifica algumas propostas de processos transformadores que dão luz ao desenvolvimento desse debate sobre educação ambiental em favelas.

Palavras- chave

Educação ambiental; Favela; Complexo da Maré.

Abstract

Rossi, Julia Carneiro; Candau, Vera Ferrão (Advisor). **“This habitat that we live”: Local knowledge as a foundation for environmental education at Complexo da Maré.** Rio de Janeiro, 2018. 102p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica.

The transformations in the environment as a result of the industrialization of Rio de Janeiro gave way to the consolidation of Complexo da Maré that was the result of resistances and reinventions for the occupation of this territory. The main objective of the research is to understand what the residents of Maré think about the environment in the “favela” and what relationships they experience from these reinventions. From this perspective it is possible to identify local knowledge that can give subsidies to environmental education in these “favelas”. The research was built from a network of partnerships and exchanges that I have been experimenting in Maré since 2011 with the Muda Maré extension project from the Federal University of Rio de Janeiro . About the methodology, observations were made in four “favelas” of the complex, eight semi-structured interviews and analyzes of four documents relevant to the research theme. Whereas that the literature on environmental education in “favelas” is poorly developed, this study approach to the Environmental Justice and Environmental Racism to understand how social movements guide the environment as a basic right of the population. Generative themes and popular education are also foundations used to understand environmental education in non-school contexts. Another line of reflection is the ecology of knowledge that proposes the horizontal dialogue between different knowledge. The research resulted in content that identifies some proposals for transformative processes that give light to the development of this debate about environmental education in “favelas”.

Keywords

Environmental Education; Favela; Complexo da Maré.

Sumário

1.Introdução	9
2. A invenção Maré	18
1.1. Do mangue ao quebra-mola	19
1.2. A Maré e o direito à cidade	23
3. Leituras inspiradoras	30
3.1. Os ecologismos e a Justiça ambiental	30
3.2. Educação Ambiental crítica e Temas Geradores	34
3.3. Ecologia de Saberes e Educação Ambiental	40
4. Estratégias metodológica	45
4.1. Observação participante	46
4.2. Entrevistas	49
4.3. Análise de documentos	53
5. Brechas	56
5.1. Educação ambiental na favela	56
5.2. As Marés	59
6.Considerações finais	93
7. Referências bibliográficas	96

Introdução

Não haveria por onde começar senão contando como conheci o Complexo da Maré. Na mesma época que entrei para a UFRJ, em 2009, e comecei a estudar na Ilha do Fundão, fui visitar a Organização da sociedade civil de interesse público REDES de Desenvolvimento da Maré, na favela de Nova Holanda, por intermédio de uma das diretoras da instituição. A partir daí surgiu a minha curiosidade em conhecer mais esse lugar por meio de algum trabalho em que eu pudesse colocar em prática conhecimentos que estava adquirindo na universidade e, ao mesmo tempo, aprender com essa diversidade e conhecimentos locais que eu não encontrava na universidade nem onde morava.

Sempre vivi na zona sul da cidade do Rio de Janeiro e frequentei colégios particulares. A favela para mim nunca foi um espaço de circulação, mas sempre gerou em mim interesse de conhecê-la por intuir que ela seria diferente daquilo que sempre me disseram que era. A mídia sempre teve o papel de estereotipar a favela levando ao imaginário da classe média e alta um preconceito de uma realidade estigmatizada como um lugar violento e com características ruins. Perceber essas diferenças gerava ainda mais curiosidade por desconstruir padrões impostos por esses estereótipos e aprender também com as perspectivas daqueles que sempre viveram essa realidade. Ao começar a atuar na Maré, era nítido como minha presença era percebida como diferente, a “garota da zona sul”, estudante, e para alguns, “professora” ou “Tia”. Isso me fez perceber ao longo do tempo os meus privilégios enquanto uma mulher socialmente branca que, apesar de não ter pele clara e ser chamada de “morena”, fui criada em um berço de possibilidades que a maioria da população não tem.

Nesse processo de entendimento sobre meu lugar de fala, e de escuta principalmente, busquei refletir sobre minha branquitude¹ e atentar para questões

¹ Segundo Schucman (2012), Entende-se a branquitude como uma posição em que sujeitos que foram sistematicamente privilegiados ocupam na sociedade. Privilégio este que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. Segundo a autora, "Para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram." (p.23)

cruciais para pesquisas em favelas. Fui a um encontro no museu da Maré, em junho de 2017, que tinha como objetivo discutir para quem e para que fazer pesquisas em favelas, debate que muito me inspirou. Rever meus privilégios e admiti-los me faz perceber a cidade de outra forma e entender como minhas escolhas podem afetar o outro, como minhas falas e escritos podem oprimir o outro. Por isso, escolher fazer a pesquisa na Maré me faz ter essa responsabilidade de me colocar como aliada, mas ciente do meu lugar construído por outras vivências.

Refletir sobre essas possibilidades contribuiu para que a favela, ou especificamente o Complexo da Maré, não fosse pensado de forma estigmatizante ou que suas diferenças e riquezas de realidades fossem reduzidos a um padrão de narrativa homogeneizador. Compreender que a Maré é um espaço produzido pelo encontro e convívio dos seus moradores, que reinventam aquela realidade permanentemente, implica em superar as representações que pautam um discurso discriminatório para se apoiar nas possibilidades que podem ser criadas. Ao observar os valores e representações que orientam as práticas insurgentes, advindas dos movimentos sociais, educadores populares e outros atores, é possível perceber a produção de uma cidade mais inclusiva, mais voltada para a produção social pautada por uma vida digna.

Em 2011, com o apoio do Instituto de Biologia, eu e mais duas amigas estudantes de biologia submetemos ao edital de programas de bolsas de extensão da UFRJ, o projeto “**Muda Maré: educação ambiental e agricultura urbana na Maré**”. O projeto surgiu da motivação de alunos da UFRJ em realizar um projeto de extensão no Complexo da Maré, vizinho ao *campus* do Fundão. A ideia surgiu a partir do envolvimento desses alunos em minicursos de EA, ministrados também por alunos do curso de graduação de Ciências Biológicas da própria UFRJ. A intenção era transpor a barreira invisível que existia entre a Universidade e a favela e fazer dialogar realidades espacialmente próximas, porém, muitas vezes, distantes cultural e socialmente.

Durante oito anos de atuação (de 2011 a 2018), o projeto desenvolveu seis linhas de trabalho que integravam atores sociais relacionados a diferentes áreas do conhecimento, buscando a interdisciplinaridade das suas ações. A partir da aproximação com a REDES na Comunidade Nova Holanda, surgiram diversas oportunidades de ação sendo que as primeiras foram se concretizando em torno das demandas locais baseadas no documento "Maré que Queremos" (2010).

Em 2011, iniciamos a frente de trabalho chamada "Rua da Muda" na Comunidade Nova Holanda, com o intuito de trabalhar a questão da arborização urbana, o que se justificava por ser uma região com poucas áreas verdes, altos níveis de poluição, temperaturas elevadas e alta densidade demográfica. Todas as cidades possuem terras que ainda não são utilizadas em sua totalidade, por exemplo: terrenos baldios, parques, canteiros e áreas industriais. Utilizar estas áreas para ampliar a presença das plantas traz saúde e inúmeros outros benefícios aos moradores. O processo de arborização que desenvolvemos foi dividido em cinco etapas: planejamento, visitas aos moradores, mutirão de plantio, acompanhamento e reposição de mudas. Procuramos sensibilizar, informar, convencer e co-responsabilizar os moradores quanto à importância de espaços arborizados na melhoria do bem estar de uma cidade e seus habitantes, contribuindo com a redução da poluição e deixando a rua mais bonita e agradável. A proposta consistia em que os moradores do entorno de onde fora feito o plantio “adotassem” uma planta e ajudassem em sua manutenção para garantir o seu crescimento. Além disso, eles se depararam com uma nova intervenção no espaço que visava trazer o bem estar, possibilitar interação com outros vizinhos, estimular o pertencimento e motivar para a capacidade de modificar o espaço coletivo e cobrar mudanças por parte de quem tem a responsabilidade por elas.

Em paralelo, atuamos no projeto Maré de Sabores, curso de gastronomia e gênero, oferecido pela REDES, que atende mulheres moradoras de diferentes comunidades da Maré, onde abordamos o tema de segurança e reeducação alimentar, levantando a questão da origem do alimento, como e por quem é produzido. Sempre que possível, no último encontro levávamos as mulheres para o *Campus* do Fundão, para que conhecessem uma agrofloresta e vivenciassem essa alternativa não nociva de produção de alimento, e conhecessem o nosso ambiente universitário, estreitando relações entre nossas realidades.

Nossa terceira frente de ação foi junto à Rede de Saberes, um projeto que trabalha com a inserção da interdisciplinaridade na formação de estudantes do Curso Pré Vestibular da REDES. Além de promover a complementariedade entre as disciplinas, estimulava o debate e a conversa sobre temáticas socioambientais, principalmente as do estado do Rio de Janeiro e da Maré através de aulas-campo em espaços públicos da cidade e cine debates.

No terceiro ano do projeto, adentramos no campo da educação ambiental em escolas, iniciando uma parceria com a escola CIEP Hélio Smidt, na comunidade do Parque Rubens Vaz, que acabou se tornando nossa quarta frente: Muda na Escola. Nesta escola pudemos contar com o apoio de alguns professores quando nos propusemos a melhorar o aproveitamento do espaço comum. Para atingir esse objetivo, em parceria com os professores de Ciências, pensamos em organizar uma horta e uma composteira pela qual reaproveitaríamos os resíduos orgânicos da escola, ambas ações visando promover o diálogo transversal de conteúdos como a agroecologia e outros temas como o uso da água, composição do solo, alimentação e orgânicos. Além disso, nossa proposta era de participar de alguma forma das aulas de ciências. Para essas aulas, a escola contava com um material didático da Prefeitura. Entretanto, nenhum professor se sentia confortável em usar esse material em sala. Dessa forma, pensamos em preencher essa lacuna como forma de contribuir com o ensino de ciências e também como forma de estreitar nossa relação com esses alunos, o que seria fundamental para a ideia da horta ser levada à diante. Mas no meio do processo nos deparamos com mudanças no uso do material didático cedido pela Prefeitura e dificuldades na relação com a diretoria da escola. Realizamos algumas ações pontuais e reuniões com os professores mais interessados, mas, ao final do ano de 2013, decidimos abrir mão dessa frente de atuação. A estrutura da escola ainda era para nós um espaço rígido e engessado. Nossa presença e atuação quase sempre significava uma substituição aos professores que viam nisto uma possibilidade de diminuir sua carga de atividades e quase nunca a interação e troca que ansiávamos.

Em 2011 iniciamos a parceria com a Lona Cultural Herbert Vianna na comunidade Nova Maré, em função de nossa participação no já descrito projeto Maré de Sabores. A Lona é um equipamento da Prefeitura do Rio que desde 2010 passou a ser administrada pela REDES. Consiste em um espaço de trocas que oferece uma série de ações interativas que se comunicam com as mais variadas linguagens e manifestações artísticas locais e de outros pontos da cidade, realizando eventos, oficinas, cursos, palestras e encontros com a comunidade. Em 2013, começamos uma ação voltada para crianças e adolescentes, denominada de Maré sem Lixo, que envolveu oficinas e roteiros no entorno e culminou em 2015 com a produção de um vídeo e, mais um vez, com um mutirão de plantio ao redor da Lona. O mutirão seguiu a metodologia adotada na frente de ação Rua da Muda com

alguma melhorias visando sanar os problemas identificados na primeira intervenção. A nossa permanência no território como atores (nós) da nossa própria rede de interações na Maré teve continuidade no ano de 2016, com a atividade denominada de Laboratório Vivo. A ideia norteadora do estar e agir no espaço da Lona, ainda que com um conjunto de sujeitos dinâmicos, mas de mesma essência, era instigar a percepção crítica em relação ao espaço em que vivem para que entendessem a favela como o meio ambiente e se sentissem capazes de modificar aquela realidade em prol da comunidade.

Com o intuito de expandir nossas atividades pelo território da Maré, no ano de 2016 surgiu a sexta frente de ação, o Mutirão na Laje, a partir de experiências do Rua da Muda. Após cinco anos de desenvolvimento e reflexão, percebemos que seria mais interessante nos aproximarmos de moradores interessados em espaços verdes na comunidade e que gostariam de desenvolvê-los em suas casas. Os mutirões foram abertos para qualquer morador interessado em aprender técnicas e trocar saberes sobre formas de intervir no espaço através da agricultura urbana. O aspecto principal é que o produto final da atividade fica na casa do morador, para que ele usufrua para o seu bem estar e que desperte o interesse de vizinhos e amigos, estimulando a reprodução em outras lajes.

Em 2017, continuamos o projeto com um número reduzido de graduandos da UFRJ e concentramos as atividades na Lona Cultural e no projeto Rede de Saberes. No segundo semestre desse ano, comecei a fazer parte da equipe de desenvolvimento territorial da REDES, o que ampliou minha atuação no território. Acompanhar, em conjunto com uma equipe, projetos que discutem mobilidade, redução de danos para a população em situação de rua, e a aproximação com líderes comunitários contribuiu para aprofundar a pesquisa. Com essa intenção, aluguei um apartamento na Maré, para onde me mudei, com o intuito de diminuir o tempo gasto no trânsito e concentrar-me nos estudos, na redação da dissertação e no trabalho.

Essas experiências me levaram a perceber que a questão ambiental se torna ainda mais complexa na favela quando nela se tem prioridades e serviços básicos muitas vezes não atendidos pelo Estado. Não se trata, portanto, de identificar o que é o meio ambiente na favela, mas de tornar visível a dimensão ambiental inerente às condições de vida dessa população e as soluções criadas a partir desse contexto. A questão ambiental na favela é geralmente abordada a partir da discussão sobre o território e seu histórico de ocupação. Mas, segundo Davis

(2006), são os espaços mais atingidos pelos problemas relacionados ao meio ambiente, já que configuram áreas de moradia dos segmentos populares, em geral caracterizadas como terrenos de risco e perigosos (pântanos, locais sujeitos a inundação, morros instáveis, montanhas de lixo, depósito de lixo químico, beira de estradas e mangues).

Todas essas sensações e curiosidades me fizeram buscar meios de fundamentá-las e assim procurei estudar a história do território e os diferentes discursos da educação ambiental que se propõem a discutir a temática do meio ambiente a partir de uma perspectiva crítica. Apesar de não ter feito licenciatura, e ter cursado Biofísica, esse processo me estimulou a pesquisar sobre educação ambiental em espaços populares pensando nas possibilidades de atuação dentro e fora da escola. Ao tentar construir esse caminho de investigação, centrei meu *objeto do presente estudo no modo como os moradores entendem o meio ambiente na Maré e, a partir dessa relação com o território, verificar a emergência de conhecimentos que trazem elementos para a educação ambiental.*

O tema proposto para pesquisa foi definido a partir de dois aspectos encontrados nesse percurso. O primeiro é a escassa produção científica quanto à atuação da educação ambiental crítica em espaços populares. A partir de uma pesquisa preliminar no banco de dados integrados da PUC - Rio com as palavras chaves “meio ambiente” “natureza”, “favela”, “comunidade” e “educação ambiental” foi possível notar que há poucos trabalhos acadêmicos que trazem uma perspectiva crítica e abordam questões relacionadas à educação ambiental em contextos populares. As áreas que mais se relacionam com esse tema são: turismo, saúde do trabalho e saneamento básico. Em encontros acadêmicos, como o Encontro de Pesquisas em Educação Ambiental e o Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, pude conhecer uma iniciativa de pesquisa em educação ambiental comunitária no Morro da Formiga que investigou os conhecimentos dos moradores que organizavam formas de gerir os recursos hídricos da floresta da Tijuca como fundamentos para a educação ambiental na comunidade (SILVA, 2016). Esta pesquisa inspirou a abordagem do meu projeto de investigação.

O segundo aspecto diz respeito à própria concepção de natureza, onde a favela geralmente não é incluída, ao contrário, é sim vista como sinônimo de problema ambiental. É evidente que existem conflitos derivados de processos históricos de ocupação e transformação do território, somados às desigualdades

sociais elevadas e poucos direitos atendidos. No entanto, pouco se sabe sobre as alternativas criadas pelos próprios moradores para minimizar esses riscos e transformar esse ambiente que, muitas vezes, é retratado como um espaço de carência. Há uma necessidade de se aprofundar os conhecimentos que possibilitaram essas transformações e entendê-los como subsídios pedagógicos no âmbito de uma educação ambiental e popular crítica em contextos escolares ou não.

Tanto o levantamento de dados sobre educação ambiental em favelas quanto a pesquisa no contexto específico que será descrito posteriormente, podem contribuir para a discussão sobre como a educação ambiental crítica é conhecida e abordada em espaços populares. Além disso, será possível relacionar a essa discussão fundamentos teóricos como a Ecologia de Saberes e a Educação Popular, para se pensar a educação ambiental nesse contexto de pluralidade de conhecimentos, científicos e sociais. É importante ressaltar também que há significativas produções acadêmicas de moradores da Maré e que esse espaço conta com uma ampla literatura sobre seu histórico de ocupação e questões sociopolíticas dessa região. Alguns autores que pesquisam educação, segurança pública e cultura na Maré assim como documentos produzidos por instituições locais serão também fonte de informação para a pesquisa. O recorte da investigação e outras informações sobre os instrumentos da pesquisa serão descritos no capítulo 3.

Sendo assim, a pesquisa em questão tomará essas premissas como norteadores para a discussão de uma outra epistemologia que sustenta conhecimentos que ajudarão a construir novas possibilidades a partir da transformação do espaço. A participação de diferentes sujeitos e saberes pode contribuir para a leitura do meio ambiente na comunidade e trazer elementos que possam ser pensados como conteúdos pedagógicos, uma vez que articulam o contexto local e conhecimentos socialmente reconhecidos. Perceber as hierarquias e posições de poder também é importante no processo de investigação para entender os interesses e atuações de alguns setores quanto à questão ambiental, seja de instituições, de políticas públicas ou das próprias disputas locais.

A pesquisa tem como objetivo principal compreender o que os atores envolvidos pensam sobre meio ambiente na favela e que relações os mesmo experimentam com o ambiente. A partir dessa perspectiva buscarei identificar conhecimentos locais que possam dar subsídios à educação ambiental crítica nessas favelas. Assim, pretendo abordar as seguintes questões:

- Como os moradores se relacionam com o meio ambiente/natureza na Maré?
- Quais seriam os principais temas geradores para ações na perspectiva da educação ambiental?
- O que os moradores identificam como soluções para os problemas ambientais?
- Que elementos podem servir de referência para a educação ambiental crítica neste contexto?
- Quais experiências ou conhecimentos se relacionam com a reinvenção desse meio ambiente?

Foi desafiante traçar um caminho de narrativa que levasse em conta diversas possibilidades de articulações que o tema escolhido para a pesquisa propicia. Estudar a questão ambiental na favela, e ter o campo de estudo no Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, supõe um recorte para encontrar as “brechas”² que podemos explorar sem perder o foco e o tempo em que a pesquisa tem que ser feita. Utilizo esse termo “brechas” como um sinônimo dos conhecimentos e experiências em que busco me debruçar para refletir sobre a educação ambiental em espaços populares.

Para introduzir o contexto em que a pesquisa está inserida, no primeiro capítulo apresento uma caracterização do contexto histórico no qual a Maré foi se transformando e se estabelecendo com um dos maiores complexos de favelas do Brasil. Em seguida, no segundo capítulo, discorro sobre os referenciais teóricos que me inspiram. Levando em conta que a literatura sobre educação ambiental em favelas é pouco desenvolvida, me aproximo do debate sobre Justiça Ambiental e Racismo Ambiental para compreender como os movimentos sociais pautam o meio ambiente como um direito básico da população. Temas geradores e educação popular também são fundamentos que utilizo para compreender a educação ambiental em contextos não escolares. Outra linha na qual invisto minha reflexão é a ecologia de saberes, proposta por Boaventura Sousa Santos (2010), que emerge

² Esse termo “brechas” foi inspirado no texto de Walsh (2013) e das discussões do GECEC (Grupo de estudos sobre o Cotidiano, Educação e Cultura(s)) sobre pedagogias decoloniais e interculturalidade.

como pressuposto teórico que propõe o diálogo horizontal entre diferentes conhecimentos.

No terceiro capítulo busco definir a natureza da pesquisa e as estratégias metodológicas, o que entendo por pesquisa participante e como estruturei os processos que construíram minha investigação. Além da teoria que baseia esse tipo de pesquisa, destaco as escolhas dos pontos em que me referenciei para as observações e as pessoas que participaram das entrevistas.

No último capítulo, que chamo de “brechas”, me debruço sobre a análise das entrevistas, das observações e dos documentos. Esses dados são costurados com as referências teóricas utilizadas anteriormente para que haja um diálogo à luz da ecologia dos saberes.

As considerações finais trazem, mais do que respostas, questionamentos sobre o tema estudado e propostas para aprofundar no desenvolvimento de pesquisas sobre a temática focalizada.

2

A invenção Maré

Para falar sobre o surgimento da Maré é preciso começar brevemente pela "invenção favela", em referência ao livro de Valladares³ (2005) que contribui com algumas informações importantes sobre o surgimento da palavra favela que nasce referida ao Morro da Favella, hoje Morro da Providência. Originalmente esse morro fora ocupado por antigos combatentes da guerra de Canudos que estariam ali para pressionar o Ministério da Guerra a atender suas reivindicações. Aos poucos foram aglomerando outros barracos e outros conjuntos foram se espalhando pela cidade. Segundo a autora, foi apenas durante a segunda década do século XX que a palavra favela se tornou um substantivo genérico não mais referido ao Morro da Favella.

A Maré é um dos espaços favelados mais bem dotados de serviços e equipamentos urbanos. Esses investimentos são decorrentes tanto da ação governamental, como o Projeto Rio na década de 70, como da forte articulação do movimento comunitário através das associações de moradores e da entidade que as agrega, a União das Associações de Moradores da Maré (SILVA, 2010). Hoje a Maré possui 47 equipamentos educativos, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e nove postos de saúde menores. No que se refere a equipamentos de cultura, a Maré possui uma Lona Cultural ativa, o Museu da Maré administrado pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), o Centro de Artes da Maré, administrado pela REDES. A Maré também possui uma Vila Olímpica e a Ong Luta pela Paz que desenvolve projetos de atividades esportivas.

O trabalho dessas instituições contribui para a produção de conteúdo sobre a Maré, como, no caso da REDES, o Guia de Ruas, o Censo Maré além de produções acadêmicas parceiras. É possível encontrar trabalhos em diferentes áreas que realizaram suas pesquisas na Maré, mas ainda não identifiquei algum que focalizasse a educação ambiental. Entre as pesquisas feitas por moradores e/ ou ex-moradores da Maré, podemos destacar: (SILVA,2006); (SILVA, 2010); (DINIZ, BELFORT &. RIBEIRO, 2013); (DINIZ, 2017).

³ Valladares (2005) conta que alguns estudiosos explicaram o nome *Favella* ter sido usado nesse contexto devido a presença planta "favela-branca" que podia ser encontrada na região ocupada no centro do Rio e também na região da Bahia onde ocorreu a guerra de Canudos.

Para investigar as questões propostas neste trabalho é necessário explicitar o histórico de ocupação da Maré, que caracteriza cada favela do complexo. Tanto as transformações ambientais como as políticas do estado, no passado e atuais, descrevem como a consolidação da Maré foi fruto de resistências e reinvenções do espaço. Recorro a essas e outras referências para descrever esta realidade.

2.1

Do mangue ao quebra-mola

A história de ocupação da Maré se inicia nos pântanos e manguezais que integravam a Enseada de Inhaúma, parte da Fazenda Engenho da Pedra, uma das propriedades que compunham a freguesia de Inhaúma entre os séculos XVII e XVIII. Entretanto, a freguesia de Inhaúma passou por um processo que afetou sua estrutura agrária e resultou em parcelamentos, arrendamentos e loteamentos. Nesse processo, os manguezais da enseada foram considerados “terras devolutas”, de pouco valor comercial e, portanto, pouco atraentes para qualquer empreendimento. Os poucos habitantes que existiam naquela época eram pescadores ou moradores egressos das reformas urbanas pelas quais passava o centro da cidade (DINIZ, BELFORT & RIBEIRO, 2013).

Com a Revolução de 1930 e a implementação do projeto industrial, consolidou-se a tendência descentralizadora das atividades industriais no Rio de Janeiro, fenômeno que vinha ocorrendo desde o final do século XIX, devido, principalmente, aos altos custos dos terrenos e às restrições impostas pela legislação (ABREU, 1987 apud SIMÕES, 2006). Assim, parcelas da população foram atraídas para esses locais como um desdobramento das circunstâncias, reforçadas pelo grande fluxo migratório que a cidade experimentava principalmente após a década de 1940. Como na região da Leopoldina também houve a valorização dos terrenos devido à especulação imobiliária, uma parcela da população atraída para a região precisou adaptar-se da melhor maneira possível, ocupando as áreas alagadiças da Maré e submetendo-se a péssimas condições de vida.

A ocupação foi consolidada quando o poder público federal decidiu, em 1940, construir a variante Rio-Petrópolis, atual Avenida Brasil. Essa via integrou a BR-101 e foi construída paralelamente à Baía da Guanabara com o objetivo de

ligar o centro da cidade aos distantes subúrbios e alargar a malha industrial da cidade. Desse modo, a Avenida Brasil contribuiu para a ocupação e consolidação da Maré, pois, além de promover aterramentos e vias de acesso que foram pontos de partida para muitas ocupações, atraiu muitas pessoas que trabalhavam na sua construção para o seu entorno.



Figura 1: Foto da Avenida Brasil em 1946 com a fundação Oswaldo Cruz no fundo. (fonte: <http://rioonwatch.org.br/?p=23997> acesso em: 09/03/2018)

A Refinaria de Manguinhos (1954) também consolidou a área como pólo de desenvolvimento industrial com ampla oferta de empregos e oportunidades econômicas. Também é digna de nota a simultânea construção da Cidade Universitária que viria abrigar a Universidade do Brasil – atual UFRJ –, pois muitos dos operários que construíram o campus foram morar no Morro do Timbau.

Situada entre a Avenida Brasil e a Linha Vermelha, à margem da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, o “bairro Maré” é hoje o maior conjunto de favelas da Zona da Leopoldina. Diniz (2017), ainda ressalta duas fases de crescimento e expansão distintas da Maré, uma realizada pelos moradores a partir de seus próprios recursos, sem apoio do Estado ou do mercado, e outra, realizada pelo próprio poder público, sobretudo nas décadas de 1960 até 1990 do século passado.

Fazendo essa análise a partir do processo de ocupação da Maré podemos situar esses dois períodos com o surgimento das favelas: o início da consolidação do complexo, com os moradores se instalando pela primeira vez na década de 40 no

Morro do Timbau (1940), Baixa do Sapateiro (1947), o Conjunto Marcílio Dias (1948), o Parque Maré (1953), o Parque Rubens Vaz (1954), o Parque União (1961) e a Praia de Ramos (1962) .



Figura 2: Foto das Palafitas da Maré (fonte: <http://rioonwatch.org.br/?p=23997> acesso em: 09/03/2018)

Quando o governo da ditadura militar anuncia a construção de conjuntos habitacionais para transferir as famílias das favelas da cidade, surge Nova Holanda (1962), e depois os seguintes conjuntos habitacionais: Conjunto Esperança (1982), Vila do João (1982), Vila do Pinheiro (1983), Conjunto Pinheiro (1989), Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1989), Nova Maré (1996) e Salsa e Merengue (2000). Essas comunidades foram construídas em áreas aterradas de manguezal para abrigar famílias removidas de áreas de risco (encostas de morros, margens inundáveis de rios etc.), moradores de rua e famílias que ainda moravam em palafitas na Maré, especificamente na favela Roquete Pinto.

Em 1994, sob a prefeitura de César Maia, esse território passou a ser designado oficialmente como “bairro Maré” com a intenção de reconhecer esse

espaço como uma região urbanizada já que possuía equipamentos e serviços públicos como outros bairros da cidade. Essa formalização feita de fora para dentro gerou um estranhamento por parte dos moradores que não reconheciam esse território como um único “bairro”, pois cada comunidade que constitui o complexo da Maré foi construída por processos históricos distintos que marcaram a sua identidade local (SILVA, 2010). Nesse sentido, as 16 comunidades, possuem características diferentes, o que deve ser levado em conta ao se discutir as questões ambientais nesse território.



Figura 3: Mapa do Complexo da Maré com a divisão das 16 favelas. (Redes da Maré)

Silva (2010) chama atenção para o uso indevido dos serviços de água, esgoto e energia e o não pagamento de impostos municipais como duas das mais arraigadas práticas dos moradores da Maré e da grande maioria dos moradores das favelas do Rio de Janeiro. A ausência de cobrança gera, por sua vez, um processo de precarização crescente na oferta dos serviços, em especial de esgotamento sanitário. Muitos moradores das favelas justificam o não pagamento de tarifas, como a de energia e impostos como o IPTU, em função de uma pretensa ausência de atendimento do Estado às necessidades cotidianas.

O período atual também é caracterizado por mobilizações sociais organizadas para garantir que seus direitos sejam atendidos, em um momento que abarca o início do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora e as realizações dos mega eventos Copa do Mundo e Olimpíadas. É importante ressaltar também que esses projetos de intervenção urbana discriminatórios e autoritários também provocaram forte resistência dos moradores que, desde o início da sua instalação, já lutavam pelos seus direitos. A organização coletiva dos moradores foi decisiva para evitar remoções por parte do Estado e, ao mesmo tempo, garantir um mínimo de infraestrutura de abastecimento de água e saneamento básico nas comunidades. Sendo assim, a atual configuração da Maré é produto da ocupação de famílias de trabalhadores sem condições de adquirir a habitação no mercado formal e nos programas de moradia Estado para populações de baixa renda. A luta pelo direito à segurança pública também vem se concretizando em campanhas e manifestações ao longo desses anos, assim como as articulações que fizeram a Maré receber mais dezenove unidades escolares pelo Programa Escolas do Amanhã.

2.2

A Maré e o direito à cidade

Nesse processo de conhecer a Maré e estudar sobre o que se tem produzido nesse território, na academia e em outras narrativas, foi possível perceber a potência do discurso da favela como parte da cidade e detentora dos seus direitos. Diversos grupos, em suas atuações em favelas e periferias, lutam por direitos básicos que ainda não são atendidos enquanto outras partes da cidade não sofrem com esse problema. Essa desigualdade se baseia na ideia de que a favela não faz parte da cidade, onde os investimentos públicos são menores e a abordagem midiática é

apoiada em ideais discriminatórios. Um exemplo disso é um fato que ocorreu recentemente, em janeiro de 2018, no jornal Meia Hora, que estampou em sua capa uma foto com crianças brincando em piscinas instaladas na rua do Tijolinho, uma das regiões de Nova Holanda, afirmando serem a mando do tráfico, como mostra a figura abaixo.



Figura 4: Capa do Jornal Extra. (fonte: <http://www.anf.org.br/acusacao-sobre-piscinas-do-traffic-revolta-moradores-da-mare/>; acesso em 21/01/2018)

Esse discurso se apóia em um ideal estigmatizante que resume os espaços favelados como um sinônimo de ilegalidade e violência, discriminando até as formas de lazer inventadas nesse território. A Maré, por ser um lugar quente, possui muitos chuveiros e piscinas na rua como um modo de diversão e de aliviar o calor, são os moradores que se organizam e constroem melhores condições de vida e, no entanto, isto é criminalizado.

Em contato com movimentos sociais, organizações e coletivos que estão abordando essa discussão, foi possível perceber a importância de compreender o direito à cidade como uma pauta norteadora dos discursos e reivindicações. Ao

estudar esse conceito, que apesar de antigo é muito relevante aos dias atuais, escolhi desenvolver alguns pontos que contribuem para aproximar a realidade da Maré a esse debate na atualidade.

Na cidade do Rio de Janeiro, a população residente em favelas vem crescendo de modo contínuo, sobretudo quando comparada à população total do município (14% em 1980, 16% em 1990, 19% em 2000, 22% em 2010; segundo as informações censitárias do IBGE). Na atualidade, 1,3 milhão de pessoas residem em 763 espaços populares identificados em diversos bairros da cidade (2010).

Na perspectiva de Lefebvre (1968, p.28) “Os subúrbios são urbanos, numa morfologia dissociada, império da separação e da cisão entre os elementos daquilo que foi criado como unidade e simultaneidade.”. A cidade foi construída a partir de um padrão no qual a pobreza não é incluída e as formas de ocupação e de sobrevivência das classes marginalizadas possuem uma dinâmica própria, diferente de bairros onde sua população tem seus direitos atendidos. Podemos superar a idéia de Cidade Partida, proposta por Zuenir Ventura (1994), a partir do entendimento de que o subúrbio também é o centro, encaixando com o conceito de núcleo urbano que Lefebvre desenvolve. Para ele, o núcleo urbano tem um duplo papel: o lugar de consumo e o consumo do lugar. No entanto, a ideia de que o núcleo urbano apenas como a representação do centro comercial da cidade antiga não está mais dando conta da cidade em transformação, é colocada pelo autor como a crise da cidade, crise teórica e prática. O núcleo urbano passa a rachar, ele não desaparece mas transborda em outras formas. Em algumas entrevistas que fiz para minha pesquisa uma das perguntas era saber os pontos positivos da Maré e a maioria dos entrevistados falaram sobre como na Maré “tem de tudo”, comércio, serviços e lazer. Recorro aos dados do Censo de empreendimentos econômicos da Maré, onde foram encontrados 3.182 empreendimentos, com uma cobertura de 92,8% do universo, dentre eles 66% de comércio, 33,3% de serviços e 0,7% de indústria. A Maré passou a não ter mais esse caráter de subúrbio que se localiza distante da cidade e dos serviços, ela em si é um núcleo urbano que é um lugar de consumo e um consumo do lugar. Utilizando ainda os dados da pesquisa do Censo de Empreendimentos da Maré, podemos identificar que dos 1.948 empreendimentos do setor de comércio 660 são bares, 307 empreendimentos de estética beleza e 216 de roupas, somando 40% dos empreendimentos da Maré

Com a citação de Lefebvre (2010, p.12) podemos identificar uma importante característica da cidade:

"A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa. "

No entanto, podemos ampliar a discussão levada por Lefebvre sobre o cotidiano. Para ele, o cotidiano se estabelece a partir do momento em que o trabalho, na lógica capitalista de produção, degradou o lazer. A obra como materialização da capacidade criativa e produtiva do sujeito perde espaço para um ato reprodutivo e alienado de consumo. Nesse caso, só seria possível pensar a revolução a partir da ruptura com o cotidiano e com a restituição da festa, ou seja, no estabelecimento de uma relação do sujeito com a realidade, em que se afirma a sua condição de produtor original, e não simplesmente de reprodutor do espetáculo do consumo (SILVA, 2009).

Segundo Harvey (2006), o espaço se revela como uma palavra-chave bastante complicada. Ele funciona como uma palavra que possui múltiplas definições, uma vez que nenhum de seus significados pode ser compreendido de forma isolada, "mas é precisamente o que faz deste termo, em particular quando associado ao tempo, um termo tão rico em possibilidades" (p.37). Pensar nessas possibilidades contribui para que a favela, ou especificamente o Complexo da Maré, não seja pensado de forma estigmatizante ou que reduz suas diferenças e riquezas de realidades e um padrão de narrativa homogeneizador.

Lefebvre (1991), no livro "Direito à Cidade", faz referência aos processos de industrialização e urbanização que caracterizam a sociedade moderna. Se para o autor a industrialização era um ponto de partida para reflexão, podemos refletir nos dias de hoje sobre como esse processo vem se transformando a partir das próprias consequências que ocorreram nesses anos. É importante ressaltar também que essa noção de modernidade construída a partir do desenvolvimento das indústrias e das grandes cidades vem sendo discutida a partir de perspectivas pós-modernas que propõem fazer uma outra leitura do conceito de moderno. Tal leitura diz respeito às características da modernidade que muitas vezes são ocultadas, como extermínio

de populações tradicionais, como pescadores e indígenas, assim como a exploração de reservas naturais, consequências desse ideal desenvolvimentista moderno.

Lefebvre também destaca um fenômeno de "implosão-explosão" das cidades industriais que se encontram com alta densidade demográfica e o tecido urbano se expande já que as pessoas se deslocam para as periferias. Esse tecido pode ser descrito utilizando-se o conceito de ecossistema que constitui o entorno de cidades onde a sociedade e a vida urbana penetram essa trama. A comunidade Nova Holanda, por exemplo, foi construída inicialmente para ser um Centro de Habitação Provisória (CHP), local onde os moradores deveriam passar por um processo de "educação civilizadora" (DINIZ, 2012, p.79). É nesse contexto da política remocionista estatal e crise habitacional que a trama da Maré vai sendo costurada.

Entre as malhas do tecido urbano persistem "ilhas de ruralidade" (LEFEBVRE, 1991); a relação urbano-rural se intensifica em países industrializados. Refletindo sobre o contexto da Maré, onde a maioria dos habitantes que se instalaram veio de zonas rurais do Nordeste, é possível pensar essas "ilhas de ruralidade" como o próprio espaço onde as relações sociais são influenciadas por essa ruralidade e pelas novas vivências nesse espaço.

Atualmente, o IBGE define as favelas, dentre outros territórios populares, como "aglomerados subnormais" (CENSO IBGE, 2010). Silva (2009), considera que tal definição nos remete à visão homogeneizadora dos órgãos estatais envolvidos com o fenômeno da favelização ao longo da história e pressupostos sociocêntricos que sustentavam o olhar dos técnicos na observação desses espaços, com a valorização, acima de tudo, das ausências que caracterizariam aquelas novas áreas urbanas.

Essa discussão nos leva para outra reflexão que Lefebvre desenvolve sobre a produção do espaço. Segundo o autor, o espaço não é apenas o meio da prática social na sociedade capitalista, ele é o próprio produto dessas relações. E desse espaço surgem contradições que "advêm do conteúdo prático social, e especificamente, do conteúdo capitalista" (2008, p.57). Ao situar as contradições do espaço é importante ressaltar o privilégio da classe dominante, que segundo o autor, possui dois poderes sobre o espaço: a propriedade privada do solo e ação do estado. Considera-se que as relações de propriedade criam um espaço absoluto de controle e esse privilégio da classe dominante opera com a ação do estado a seu favor. É possível relacionar esse controle urbano com a atuação da polícia que difere

sua abordagem de acordo com o lugar e a origem das pessoas. Isso pode ser verificado no argumento de Silva (2009, p.68):

A forma como a polícia atua nas favelas é contraposta, por sua vez, à atuação nas áreas nobres da cidade. Nessas, a abordagem, a atitude e o reconhecimento de que é preciso proteger o cidadão pretensamente de bem e pagador de impostos são os princípios norteadores da ação dos profissionais do Estado.

No contexto atual, as práticas sociais estabelecidas nas favelas, inclusive as dos agentes do Estado, quando são identificadas, são construídas a partir de representações estigmatizantes que sustentam a reprodução das políticas públicas hegemônicas na cidade do Rio de Janeiro, em particular, no campo da segurança pública. Essas políticas dizem respeito à guerra às drogas, na qual a repressão policial e o enfrentamento bélico são utilizados de forma indiscriminada, sem se considerar os direitos fundamentais dos moradores. Essa opressão também justifica e banaliza as ações de aniquilamento dos "inimigos", em geral jovens negros e pobres, que não têm nem o direito à prisão.

Também é importante para essa discussão a palavra território que é utilizada no debate sobre favela e o direito à cidade. Segundo Barbosa e Silva (2013, p.117), "diferentes territórios são produzidos no espaço urbano segundo as práticas, vivências e experiências dos seus atores". Como afirma os autores, o território por si só não é um conceito, tornando-se tal apenas a partir de seu uso social. O território somente se constituiria como um conceito quando são considerados os atores que dele se utilizam e fazem sua experiência concreta de ser no mundo. O território não é apenas um lugar físico, é constituído pelas relações entre sujeitos sociais. Barbosa e Silva (2013 p.11) destacam nessa discussão o olhar sobre os espaços populares:

(...) por mais precária que se nos apresente a sua forma-aparência, não podemos desconsiderar as vivências compartilhadas pelo grupo social, que os animam com suas histórias e, por meio destas, possibilitam que os indivíduos e grupos sociais se posicionem no mundo. Emergem desse movimento homens e mulheres que superam os estigmas sociais e raciais que lhes são impostos. Pessoas que não necessitam somente, mas que sonham, desejam e exigem direitos.

As noções de espaço e território como instrumentos de luta por seus direitos são fundamentais para se pensar a perspectiva de educação ambiental que se pretende desenvolver no contexto dos espaços populares. Considerar todos os esses processos históricos e relacionar com a estrutura do sistema que se organizou a

partir das desigualdades sociais é o ponto de partida para buscar saberes sobre o ambiente e reinvenções que transformaram o mesmo. Sendo assim, busco em seguida apontar algumas leituras que inspiram a pesquisa quanto às referências da educação ambiental que se relacionam com essas discussões sobre o contexto da Maré.

3

Leituras inspiradoras

Para ajudar a compreender como a questão ambiental é percebida na Maré, e como os saberes são produzidos por essa relação com o ambiente, é necessário recorrer à algumas discussões que inspiram a reflexão sobre o assunto. Escolhi três abordagens teóricas, que dialogam entre si e se complementam, para fundamentar a perspectiva de educação ambiental que é adotada na pesquisa. Primeiro utilizo a justiça ambiental para contextualizar o surgimento dos ecologismos e as diferentes formas de atuação dos movimentos ambientalistas. Em seguida, discuto a relação da educação ambiental com os temas geradores e a educação popular como instrumentos para uma construção participativa que pense o processo educativo como um todo. A terceira abordagem desenvolve a discussão sobre como a ecologia de saberes pode contribuir para a educação ambiental já que os conhecimentos diversos, em diálogos horizontais, podem servir de subsídio para o seu desenvolvimento.

Além disso, é importante ressaltar que esse debate teórico foi definido levando em conta o caráter não estigmatizante com que a pesquisa se identifica. Pensar sobre o meio ambiente na favela traz tensões que podem ser trabalhadas a partir de uma perspectiva crítica que considera as diferentes realidades da favela. Não se trata de definir conceitos fechados para que os saberes se encaixem em categorias, ou de afirmar estereótipos que não dão conta da complexidade do cotidiano, e sim de abranger a diversidade de possibilidades que dão espaço para a educação atuar.

3.1

Os ecologismos e a justiça ambiental

O ecologismo ou ambientalismo se expandiu como uma reação às políticas centradas no crescimento econômico. No entanto, nem todos os ambientalistas se opõem a esta perspectiva, alguns até a apóiam já que apresenta promessas tecnológicas que podem amenizar a degradação ambiental. Esses diferentes

ambientalismos são definidos por Alier (2007) em três correntes relativas à preocupação e ativismos ambientais que estão entrelaçados e são identificados como: o "culto ao silvestre" ou à "vida selvagem", o "credo da ecoeficiência" e o movimento da justiça ambiental, "ecologismo popular" ou "ecologismo dos pobres".

O “culto ao silvestre” se mantém indiferente ou em oposição ao crescimento econômico, respaldado pela biologia conservacionista. Visa preservar os espaços de natureza original, situados fora da influência do mercado, em defesa da natureza intocada. Alier (2007) ressalta que além das razões científicas que evidenciam a perda da biodiversidade, esta corrente tem motivações estéticas, utilitárias ou um suposto instinto da "biofilia" humana. O autor também sugere que a sacralidade da natureza presente nas crenças indígenas tem um papel importante no entendimento sobre a incomensurabilidade de valores, tema central da economia ecológica. A biodiversidade deve ser preservada por uma questão ética de respeito a valores não-humanos, e não somente por um esgotamento dos recursos ambientais que pode prejudicar a espécie humana. A principal proposta política dessa corrente do ambientalismo consiste em manter reservas e parques naturais livres de interferência humana.

A segunda corrente, batizada de "credo" ou "evangelho da ecoeficiência", direciona sua atenção para os impactos ambientais e questões de saúde como os riscos das atividades industriais, da urbanização e também da agricultura moderna. Acredita-se no "desenvolvimento sustentável", na "modernização ecológica" e na utilização dos recursos naturais, às vezes chamados de "capital natural" e "serviços ambientais". Sendo assim, a ecologia passa a ser uma ciência gerencial para limpar ou remediar a degradação causada pela industrialização. Alier(2007) pontua o fato de que, ao afirmar que as mudanças tecnológicas tornam compatível a produção de bens e a sustentabilidade ecológica, também enfatizam a preservação das reservas naturais. Nesse sentido, essas duas correntes "dormem juntas" como sugere o autor.

O movimento pela justiça ambiental se originou nos Estados Unidos a partir de meados dos anos 1980, estimulando o deslocamento do debate ambiental com ênfase no “mundo selvagem” e na “ecoefficiência” para o âmbito da justiça social (ALIER, 2007), ou seja, denunciar a lógica socioterritorial que torna desiguais as condições sociais de exercício dos direitos (ALSCERALD, 2010). No princípio dos anos 1990 a luta se converteu em movimento organizado contra o racismo

ambiental e também se expandiu na África do Sul, Brasil e no resto do mundo. Ampliou-se então um conjunto de princípios e práticas que:

a - asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas; b - asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país; c - asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito; d - favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso (Acsehrad, 2004, p.13-20).

Sendo assim, a justiça ambiental propõe uma perspectiva a partir do aspecto existencial "de que todos os seres humanos necessitam de determinados recursos naturais e uma certa qualidade do meio ambiente para assegurarem sua sobrevivência." O meio ambiente converte-se então em um direito humano (Alier, 2007, p. 274). O "ecologismo dos pobres" é um conceito que incorpora as preocupações sociais e as formas de ação social nascidas no entendimento de que o meio ambiente é uma fonte de sustento humano.

A noção de "justiça ambiental" propõe a ressignificação da questão ambiental resultante da apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social. Segundo Alselrad (2010, p.108), esse processo de ressignificação está associado às arenas, espaços onde se dão os embates sociais pela construção de novas possibilidades. "E nessas arenas, a questão ambiental se mostra cada vez mais central e vista crescentemente como entrelaçada às tradicionais questões sociais do emprego e da renda".

Alier (1998) evidencia que o componente histórico constitui a chave para entender a noção do ecologismo dos pobres. Muitos dos conflitos sociais são conotados por um sentido ecológico quando os pobres procuram manter sob seu controle os serviços e os recursos ambientais que necessitam para sua subsistência,

ante a ameaça de que passem a ser propriedade do estado ou propriedade privada capitalista.

Muitas vezes a conscientização ambiental é associada a um privilégio de parte da sociedade que tem um maior poder aquisitivo. Alier (1998, p. 31) nos chama atenção para os movimentos que sempre buscam uma outra percepção ecológica:

[...] a história está repleta de movimentos ecológicos dos pobres, ou seja, de conflitos sociais com conteúdo ecológico cujos atores tinham uma percepção ecológica. A palavra ‘ecologia’ não se refere aos luxos estéticos da vida, mas ao fluxo de energia e materiais, [...] por tanto, resulta absurdo pensar que a consciência ecológica é uma novidade nascida nos círculos ricos dos países ricos .

Isso demonstra que há uma relação direta entre as percepções ecológicas e a classe social do sujeito que percebe esse ambiente. O fato de haver menos recursos e direitos obriga aquele contexto a produzir conhecimentos e saberes que produzam soluções, reinvenções nesse espaço que tem um fluxo de energia e materiais específicos. A dimensão ambiental sob esse viés nos estimula a pensar a conscientização ambiental como algo para além das definições de preservação da natureza, situando-se mais próxima da consciência de um coletivo de necessidades e possibilidades de luta. É importante destacar que o ecologismo popular não tem por obstáculo qualquer falta de conhecimento, ao contrário, os saberes sobre o manejo dos recursos e aqueles construídos em lutas dos movimentos sociais são saberes fundamentais para o entendimento sobre a questão ambiental como um direito.

Alscerald (2010) também identificou duas razões que desde o início disputavam a arena de construção da questão ambiental: uma razão utilitária e uma razão cultural. Para a razão utilitária hegemônica, o meio ambiente é uno e composto estritamente de recursos materiais, sem conteúdos socioculturais específicos e diferenciados; é expresso em quantidades. Dado esse ambiente único, objeto instrumental da acumulação de riqueza, a poluição é apresentada como “democrática”, não propensa a fazer distinções de classe. Uma razão cultural, por sua vez, se questiona sobre os fins pelos quais os homens se apropriam dos recursos do planeta; o meio ambiente é múltiplo em qualidades socioculturais; não há ambiente sem sujeito – ou seja, ele tem distintas significações e lógicas de uso conforme os padrões das distintas sociedades culturais.

Os riscos ambientais são diferenciados e desigualmente distribuídos, dada a diferente capacidade de os grupos sociais escaparem aos efeitos das fontes de tais riscos. O recorte de raça que define essa distribuição desigual também é uma importante ferramenta que o Racismo Ambiental nos provoca a refletir, já que as áreas de conflitos ambientais e zonas de vulnerabilidade socioambiental em sua maioria são habitados pela população negra e indígena (ALSCERALD, 2010).

O ambiente passa a integrar as questões que dizem respeito à cultura dos direitos, o direito de gerações futuras, constitutivo de um conflito entre sujeitos presentes e sujeitos não nascidos. A poluição, por exemplo, não é, nessa perspectiva, necessariamente “democrática”, podendo afetar de forma variável os diferentes grupos sociais. É possível relacionar esse entendimento ao trecho da declaração da Conferência da ONU sobre o meio ambiente que aconteceu em Estocolmo em 1972 que diz "defender e melhorar o ambiente para as atuais e futuras gerações se torna uma meta fundamental para a humanidade".

Justiça ambiental é, portanto, uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos. Essa noção de justiça surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais que alteraram a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais. Essas lutas são espaços de ação e empoderamento que devem ser valorizados como parte da prática educativa que busca uma sociedade justa e saudável. Por isso, a educação ambiental estaria ao lado dessas lutas ampliadas pela ideia de justiça ambiental.

3.2

Educação Ambiental crítica e Temas Geradores

Carvalho (2011) destaca que um dos legados do pensamento ocidental característico da modernidade é a construção de um modelo de racionalidade que tem como centro o sujeito humano e a razão como única fonte de conhecimento verdadeiro. Essa afirmação se desdobra na separação entre sujeito e objeto e se amplia nas polaridades natureza/cultura, corpo/mente, razão/emoção. Tal maneira de ver o mundo, chamado de paradigma moderno, produz uma forma específica de conhecer a natureza, considerando-a um objeto passivo de conhecimento pelo sujeito humano, soberano e condutor desse processo cognitivo. Em contraposição a essa racionalidade, a mesma autora destaca que uma racionalidade compreensiva

busca superar as dicotomias a fim de compreender a realidade como fruto do entrelaçamento desses polos.

A tensão entre essas perspectivas também produz uma crise no âmbito ambiental que alimenta esses questionamentos epistemológicos e desacomoda os modos já aprendidos de pensar da racionalidade moderna, ao expor a insuficiência dos saberes disciplinares e explorar novas aproximações para que se compreenda a complexidade das relações na base dos problemas ecológicos (CARVALHO, 2011).

Segundo Leff (2011), a crise ambiental é uma crise da razão, do pensamento e do conhecimento sendo que a educação ambiental emerge e se funda em um novo saber que ultrapassa o conhecimento objetivo das ciências.

Da concepção de uma educação ambiental fundada na articulação interdisciplinar das ciências naturais e sociais, se avançou para uma visão da complexidade ambiental aberta a diversas interpretações do ambiente e a um diálogo de saberes. Nessa visão se confluem a fundamentação epistemológica e a via hermenêutica na construção de uma racionalidade ambiental que é mobilizada por um saber ambiental que se inscreve em relações de poder pela apropriação social da natureza e da cultura (Leff, 2011 p.311).

No cenário atual do campo da educação ambiental é possível identificar três macro-tendências, as quais agregam em seu interior diversas correntes político-pedagógicas que representam diferentes abordagens teóricas e práticas: a conservacionista, a pragmática e a crítica (LAYRARGUES E LIMA, 2011).

A macro-tendência Conservacionista se relaciona “com práticas educativas que proporcionam um contato íntimo com a natureza, mas estão distanciadas das dinâmicas sociais e políticas, e de seus respectivos conflitos de poder” (LOUREIRO e LAYRARGUES, 2013 p.65). Essa prática pode incluir atividades como ecoturismo, trilhas interpretativas, escotismo e observação de aves, algumas dinâmicas agroecológicas e de senso percepção. Layrargues (2012) define essa macro-tendência como aquela que atende à “pauta verde”.

Já a macro-tendência Pragmática responde à “pauta marrom” por considerar o contexto urbano, desde a coleta seletiva e reciclagem dos resíduos, ao consumo sustentável, mudanças climáticas e da economia verde. Apóia-se nas tecnologias limpas, ecoeficiência empresarial, sistemas de gestão ambiental, criação de mercados verdes (como o mercado de carbono), serviços ecossistêmicos,

racionalização do padrão de consumo, impacto zero, criação de indicadores de sustentabilidade (como a “pegada ecológica”), entre outros. Mantém relação com o Ecodesign, arquitetura, urbanismo e administração sustentáveis, empregos verdes e ecotrabalho. Essa macrotendência parece representar o modelo ideal de Educação Ambiental ajustado ao contexto neoliberal de redução do Estado e adequado aos interesses do mercado.

É expressão do ambientalismo de resultados, também conhecido como ambientalismo pragmático ou ecologismo de livre mercado, na medida em que confia nas forças de Mercado para lidar com a crise; apela ao bom-senso dos indivíduos-consumidores para que sacrifiquem um pouco do seu padrão de conforto no âmbito privado e convoca a responsabilidade das empresas para que renunciem a uma fração de seus benefícios em nome da sustentabilidade. (LAYRARGUES, 2012, p. 09).

Essa Educação Ambiental desempenha a função de substituta do papel regulador no Estado Liberal, que abre mão de regulamentar a produção e usos da propriedade privada naquilo que mantém correlação com a questão ambiental, especialmente no que diz respeito ao input e output do metabolismo industrial: o esgotamento dos recursos naturais e a poluição desenfreada, respectivamente. Essa Educação Ambiental, dominada e aprisionada, passa a representar unicamente uma simples engrenagem do mecanismo de autorregulação do mercado para assumir os constrangimentos ambientais sempre dentro da sua própria lógica.

A macrotendência Crítica é a única que declara explicitamente sua posição político-pedagógica. Pode-se relacionar o surgimento dessa corrente às insatisfações com o predomínio de práticas educativas que se pautam em intencionalidades reducionistas, ou seja, aquelas que possuem uma abordagem fragmentada que não incorpora a complexidade dos conteúdos. Construída em oposição às vertentes conservadoras no início dos anos 90, é resultado da insatisfação com o predomínio de práticas educativas sempre pautadas por intencionalidades pedagógicas reducionistas que investiam apenas em crianças nas escolas, em ações individuais e comportamentais no âmbito doméstico e privado, de forma a-histórica, apolítica, conteudística, instrumental e normativa. Nutre-se do pensamento Freireano, da Educação Popular, da Teoria Crítica, do Marxismo e da Ecologia Política. Por ter forte viés sociológico, introduz conceitos-chave como Política, Ação Coletiva, Esfera Pública, Cidadania, Conflito, Democracia, Emancipação, Justiça, Transformação Social, Participação e Controle Social, entre

outros. Tem na intervenção político-pedagógica nos casos de Conflitos Socioambientais, e marca sua identidade e diferença em relação às macrotendências anteriores.

A educação ambiental (EA) na perspectiva crítica se apoia em Paulo Freire para entender o processo educacional como uma relação ser humano-mundo na qual se dá a conexão entre os seres humanos e desses com o meio natural. Dentre os princípios metodológicos da pedagogia de Freire que corroboram a discussão das questões socioambientais, são centrais para a discussão do presente trabalho os “temas geradores”, isto é, as questões privilegiadas pelos sujeitos envolvidos sobre determinado problema. Essas questões são extraídas da vida do educando, ponto de partida para o processo de investigação e ação educativa. Ao identificar esses temas geradores é possível observar se as intervenções locais são amparadas por um tema gerador ou por uma atividade-fim que vise unicamente a resolução pontual daquele problema ambiental abordado (LAYRARGUES, 2001). Ou seja, enquanto os temas geradores são disparadores de processos que geram reflexão e ação, a atividade-fim busca somente trazer soluções no âmbito prático, no qual o objetivo final é por si só a atividade proposta. Sendo assim, faz-se necessário entender esses conhecimentos locais como potentes conteúdos educativos e sua busca demanda aprender sobre o território e com ele. Essa proposta visa que as práticas em educação ambiental sejam implementadas de forma horizontal, com participação integral dos sujeitos e os saberes por eles produzidos.

Oliveira (2008) afirma que os dois movimentos - Educação Popular (EP) e Educação Ambiental na América Latina - nasceram no mesmo berço. Segundo a autora, a vertente que vem sendo chamada de Educação Ambiental transformadora começou a se configurar nos anos 80, pela aproximação entre pessoas envolvidas com a Educação Popular e instituições públicas do setor educacional, com militantes dos movimentos sociais e ambientalistas em especial, cuja atuação tinha como foco a transformação societária e o questionamento radical dos padrões industriais e de consumo consolidados no capitalismo.

Gohn (2002) buscou mapear as novas orientações da EP na América Latina e concluiu que é preciso discutir seus valores e criar suportes metodológicos que combinem o cognitivo e o afetivo; as aprendizagens significativas (de conteúdos), com as aprendizagens vinculadas à vida cotidiana (o saber popular). Além disso, a

autora ressalta a importância de se utilizar esses conhecimentos na formação de educadores para que os possam incorporar em sua prática.

A educação popular entrou num processo de redefinição profunda e importante, que deverá adaptá-la às novas tendências sociais, políticas e pedagógicas. Para tal, é preciso dar toda ênfase ao processo de formação dos educadores pois serão esses educadores que terão de levar à prática as novas ideias e as transformações que estão ocorrendo na EP (Gohn, 2002 p.62).

No âmbito da educação em contextos não escolares pode-se entender a educação ambiental popular como um potente instrumento de atuação, já que se faz necessário ampliar o espaço de formação para fora da escola, conforme afirma Guimarães (2004). O mesmo autor ainda afirma que a educação popular rompe com uma visão de educação tecnicista, difusora e repassadora de conhecimentos, convocando a educação a assumir a mediação na construção social de conhecimentos implicados na vida dos sujeitos, essencial para a dimensão política que a educação ambiental crítica aborda.

A práxis educativa transformadora é aquela que fornece ao processo educativo as condições para a ação modificadora e simultânea dos indivíduos e dos grupos sociais; que trabalha a partir da realidade cotidiana visando a superação das relações de dominação e de exclusão que caracterizam e definem a sociedade contemporânea (LOUREIRO,2005). Essa perspectiva é importante para compreender como a educação ambiental atua em espaços populares, e utiliza como subsídios os saberes e experiências do próprio território de atuação.

Segundo, Loureiro e Layrargues (2013 p.64), a educação ambiental crítica é aquela que em síntese busca pelo menos três situações pedagógicas:

a) efetuar uma consistente análise da conjuntura complexa da realidade a fim de ter os fundamentos necessários para questionar os condicionantes sociais historicamente produzidos que implicam a reprodução social e geram a desigualdade e os conflitos ambientais; b) trabalhar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais ante as relações de expropriação, opressão e dominação próprias da modernidade capitalista; c) implantar a transformação mais radical possível do padrão societário dominante no qual se definem a situação de degradação intensiva da natureza e, em seu interior, da condição humana.

Loureiro (2004) chama a atenção para a necessidade de superação das propostas educativas ambientais ingênuas e descomprometidas, social e

politicamente, em busca de atividades mais consistentes e consequentes, comprometidas com a construção de sociedades mais justas e igualitárias.

Segundo Layrargues (2011), na prática, a estratégia da resolução dos problemas ambientais locais como metodologia da educação ambiental permite que dois tipos de abordagens possam ser realizadas: abordagem a partir de um tema-gerador de onde se irradia uma concepção pedagógica comprometida com a compreensão e transformação da realidade; ou como uma atividade-fim, que tem como objetivo único a resolução pontual daquele problema ambiental abordado.

Paulo Freire situa a educação dialógica a partir do entendimento de que o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. Ao fundar-se na afetividade, humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz numa relação horizontal em que a confiança é uma consequência óbvia. Essa confiança vai fazendo os sujeitos dialógicos cada vez mais companheiros na pronúncia, ato de criação e recriação do mundo. A educação dialógica também pressupõe a busca por conteúdos programáticos que atendam à realidade em que os sujeitos em diálogo se inserem. Segundo Freire (1968), esse momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade, no qual se realiza investigações sobre o universo temático, ou conjunto de temas geradores.

A educação ambiental como campo de pesquisa e ação educativa tem buscado superar a tendência de abordá-la como disciplina ou programa vinculado ao ensino de ciências, biologia ou áreas afins, para inseri-la num contexto mais amplo. Neste sentido, busca-se conferir à educação um caráter ambiental, inserir na educação, crítica e transformadora, o tema ambiental, a educação ambiental é, então, a educação que tematiza o ambiente (TOZONI-REIS, 2006). Essa perspectiva contribui para pensar como a educação ambiental pode atuar de forma crítica numa realidade de favela.

E se, para os atores sociais da Educação Ambiental, a Educação Ambiental ficou confusa com tantas novas adjetivações, para a sociedade, a Educação Ambiental aparece como uma práxis unidimensional, indistinta, que tem como função óbvia a criação da “consciência ecológica nas pessoas” (CARVALHO, 2009), seja por meio do encantamento com a natureza, seja por meio das mudanças de comportamentos individuais diante do consumo e da geração de resíduos. É então, para somar esforços à tarefa de desmistificar esse senso-comum, que existe

a motivação para empreender esse esforço classificatório das diferentes opções político-pedagógicas da Educação Ambiental, em concordância com as preocupações manifestadas por Carvalho (2009) acerca dos riscos desse processo.

Em grande medida, essas três macrotendências identificadas e nomeadas por Layrargues e Lima (2011) como Conservacionista, Pragmática e Crítica possuem um alinhamento conceitual e epistemológico com aquelas encontradas por Tozoni-Reis (2004) ainda no Campo Social da Educação Ambiental, respectivamente a Natural, Racional e Histórica; e também no Campo Social do Ambientalismo por Martinez-Alier (2007), respectivamente o “culto ao silvestre”, o “evangelho da ecoeficiência” e o “ecologismo dos pobres”. Apesar das diferentes nomenclaturas adotadas, essa similaridade possivelmente aponta para uma perspectiva analítica comum consolidando-se como um modelo explicativo para os tipos ideais do Campo do Ambientalismo e da Educação Ambiental.

Para entender a educação ambiental nesse contexto é necessário ir além de uma única definição para esse campo e buscar em sua natureza conflitiva, que abarca a diversidade e a disputa de concepções e espaços na sociedade, o fortalecimento e a legitimação “nas institucionalidades acadêmicas, nas políticas públicas e nos movimentos sociais que buscam a garantia de direitos, a afirmação das diferenças, a superação das desigualdades de classe e a construção de outro patamar societário” (LOUREIRO e LAYRARGUES, 2013).

3.3

Ecologia de Saberes e educação ambiental

Santos (2010), nos leva a refletir sobre a importância dos conhecimentos locais quando propõe as epistemologias do sul, que são um conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão de muitas formas de saber, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre os conhecimentos. E esse diálogo entre saberes chamamos de ecologia de saberes. Segundo o autor, o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal (SANTOS, 2010) que consiste em um sistema de distinções estabelecido através de linhas visíveis e invisíveis que distingue dois universos distintos.

O autor utiliza a ideia de ecologia de saberes para demonstrar que o saber científico assim como o popular são uma forma de saber, não havendo necessariamente uma hierarquia entre os saberes e sugere o desenvolvimento de um pensamento pós-abissal. O pensamento pós-abissal pode ser sumariado como um aprender com o Sul, com esses conhecimentos que estão do outro lado da linha, usando uma epistemologia do Sul que confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. Trata-se de uma forma de pensar que se utiliza de linhas imaginárias para dividir o mundo e o polarizar (Norte e Sul). O mundo divide-se então entre os que estão “do lado de cá da linha”, e aqueles que estão “do lado de lá da linha”. Para Santos (2010b, p. 32) “a divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente”.

O colonialismo das nações do norte global em direção ao sul repercute nos tempos atuais de diferentes formas e também se concentra no campo das ideias. A supremacia do conhecimento científico em relação aos demais saberes tem como resultado a supressão e a extinção de conhecimentos que não estejam dentro dos padrões definidos pela ciência moderna. Os saberes que não se enquadram nesse modelo são desvalorizados, considerados saberes menos importantes, um “não saber”. Essas outras formas de conhecimento são exterminadas, é o que Santos (2007 p.5) chama de epistemicídio.

Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso. É inimaginável aplicar-lhes não só a distinção científica entre verdadeiro e falso, mas também as verdades inverificáveis da filosofia e da teologia que constituem o outro conhecimento aceitável deste lado da linha. Do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para a inquirição científica.

Desde que a Revolução Científica se concebeu como uma ruptura com o passado, significando um novo começo, a ciência opera com suas próprias regras e lógicas para produzir um conhecimento verdadeiro que legitime o sentido das transformações do mundo. Santos (2007) propõe uma Ecologia de Saberes, uma forma de produção de conhecimento que se baseia na incorporação dos saberes não-

científicos, o que não implica no descrédito ou na desvalorização do conhecimento científico, mas sim, na forma de relacionar uma pluralidade de formas de conhecimentos.

Santos (2007) também nos faz refletir sobre essa visão integradora, abrangente e complexa necessária à abordagem da temática ambiental. Esse paradigma da complexidade é importante para compreender a crise da contemporaneidade e reformular pensamentos que relacionam o conceito de meio ambiente e suas formas de interação. Sendo assim, é importante que a atuação da educação ambiental tenha como premissa norteadora a discussão de outra epistemologia que sustenta conhecimentos que ajudarão a construir novas possibilidades. A diversidade cultural das etnias indígenas e das comunidades tradicionais, rurais e urbanas produzem saberes que podem enriquecer o processo educativo. As experiências do sul têm possibilitado colocar a insurgência e a (des)colonialidade como reflexões pertinentes na compreensão desses processos educativos. No contexto latino-americano a insurgência pode ser identificada como um princípio pedagógico no qual os movimentos sociais traduzem a insatisfação dos seus grupos com a realidade social existente e protagonizam as mudanças.

As consequências da modernidade ocidental, fundamentada no colonialismo, colocam em evidência a necessidade de realizar um trabalho arqueológico de escavação nas suas ruínas em busca de elementos ou tradições suprimidas ou marginalizadas e representações incompletas (SANTOS, 2004). Neste contexto, a ecologia de saberes é, basicamente, uma contra epistemologia. Na ecologia de saberes cruzam-se conhecimentos e, portanto, também ignorâncias, não existe uma unidade de conhecimento, como não existe uma unidade de ignorância. É uma ecologia por que se fundamenta no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas que não comprometam sua autonomia. (SANTOS, 2010). Assim, num processo de aprendizagem conduzido por uma ecologia de saberes, é crucial a comparação entre o conhecimento que está sendo aprendido e o conhecimento que nesse processo é esquecido e desaprendido. A ignorância só é uma forma desqualificada de ser e de fazer quando o que se aprende vale mais do que o que se esquece. A utopia do interconhecimento é aprender outros conhecimentos sem esquecer os próprios (SANTOS, 2007, p. 25).

Portanto, a ecologia dos saberes procura dar consistência epistemológica ao saber propositivo, ela se refere aos diferentes saberes que constituem o sistema aberto do conhecimento em processo constante de criação e renovação. O pensamento abissal também pressupõe a diversidade epistemológica do mundo e reconhece a existência de diferentes formas de conhecimento além do científico. Santos, (2010) então sugere a renúncia de uma epistemologia geral.

É possível abordar a questão ambiental a partir dessa perspectiva ao entender a educação ambiental e a ecologia de saberes como aliados nos processos emancipatórios para a garantia dos direitos, já que o meio ambiente equilibrado é um direito fundamental ao ser humano. Os conhecimentos produzidos nos movimentos sociais e no cotidiano dos quilombos, aldeias, periferias e favelas são essenciais para compreender a sociedade atual já que trazem perspectivas diferentes daquelas já construídas. Os saberes não acadêmicos, dos mais velhos, dos pescadores, dos catadores de lixo, dos *griots*, dentre outros, possibilitam enriquecer conteúdos e formas de aprendizagem a partir da vivência do território e da transformação do mesmo.

Santos (2010) afirma que a construção epistemológica de uma ecologia de saberes não é uma tarefa fácil e propõe três principais questões sobre a identificação desses saberes, os meios de interações dos saberes e a avaliação das intervenções possíveis no mundo real: Qual a perspectiva utilizada para identificar diferentes conhecimentos?; Que tipos de relacionamentos são possíveis entre os diferentes saberes? Como podemos traduzir esta perspectiva em práticas de conhecimento? Essas questões ajudam a nortear as possibilidades tanto no âmbito teórico como prático, ou seja, entender as diferentes perspectivas que os saberes carregam, os frutos das relações entre eles, e como eles atuam na prática. Este é o primeiro passo para encarar o desafio de propor uma ecologia dos saberes.

É importante ressaltar que a presente pesquisa não objetiva identificar se existe ou não uma ecologia de saberes, e sim utilizar essa premissa como norteadora de uma proposta que busca dialogar com diferentes perspectivas e saberes. Essas indagações são necessárias para pensar em como a educação ambiental pode abordar conhecimentos diversos levando em conta os contextos das favelas e periferias. Sendo assim, a educação ambiental adotada nesse trabalho, se caracteriza por uma perspectiva crítica que leva em conta as possibilidades de ação que os conhecimentos locais produzem ao reinventar seus lugares. Ao identificar os temas

geradores que surgem desse cotidiano de transformações é possível propor uma educação ambiental que esteja levando em conta as características do território, bem como seus protagonistas, para além de parâmetros e diretrizes nacionais já instituídas. Para isso, se fará necessário uma abordagem metodológica que inspira a pesquisa participante, que será descrita a seguir.

Natureza da pesquisa e estratégias metodológicas

Neste capítulo tenho como objetivo descrever a metodologia utilizada, assim como a justificativa de ter escolhido esse caminho. Pretendo fazer essa descrição situando os caminhos que percorri. Como a pesquisa tem caráter qualitativa, não foi possível abranger as 16 favelas do complexo da Maré no período do mestrado, por isso o campo da pesquisa foi desenvolvido em alguns espaços da Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro e Parque Ecológico do Pinheiro, que são territórios nos quais círculo e tenho contato com moradores.

As estratégias metodológicas foram escolhidas a partir dessa relação já instituída no território por meio da participação em trabalhos e ações coletivas, tanto no Muda Maré, como na REDES e iniciativas independentes, o que aproximou o estudo à pesquisa participante.

Brandão (2006) afirma que esse tipo de pesquisa se difunde desde a década de 70 até os dias atuais como instrumento de ação nos trabalhos de educação popular. Tanto no Brasil, como em outros países da América do Sul, a pesquisa participante ganhou espaço quando foi considerada a emergência dos grupos sociais e movimentos populares com perspectivas transformadoras e emancipatórias. Também foi importante o fato desse método ter incorporado alternativas de investigações empíricas com outra compreensão científica, da realidade social e do próprio papel da ciência na sociedade.

Parte-se da ideia que a ciência nunca é neutra nem objetiva e que a confiabilidade da ciência não está no rigor positivo de seu pensamento, e sim : "na procura coletiva de conhecimentos que tornem o ser humano não apenas mais instruído e sábio, mas igualmente mais justo, livre, crítico, participativo, co-responsável e solidário." (BRANDÃO, 2006. p.24) Segundo o mesmo autor, a pesquisa participante não cria, mas responde a desafios e coloca em prática novas alternativas de métodos ativos em educação, dinâmicas de grupos e de reorganização da atividade comunitária em seus processos de formação, participação e mobilização de grupos antes postos à margem de projetos de desenvolvimento socioeconômico.

Nesse sentido, as práticas que tive por meio da educação ambiental me trouxeram reflexões e demandas, o que me levou a ampliar a busca por conhecimentos que ajudassem a responder a esses desafios da pesquisa. Para isso utilizei algumas ferramentas como a observação participante, a entrevista semi-estruturada e análise de documentos, que explico nos itens a seguir.

4.1

Observação participante

A observação participante pressupõe o envolvimento do pesquisador em narrar, situar os acontecimentos do cotidiano, a formulação de hipóteses ou questões, planejar, descobrir formas de interlocução e analisar o próprio modo do investigador olhar o objeto de estudo. Esse método será utilizado nos espaços públicos e tem como objetivo identificar comportamentos do cotidiano que influenciam as relações, mapear os locais ou momentos que concentram essas relações e identificar as categorias de representações que o conceito de meio ambiente pode abranger naquele território. A observação pode ajudar a compreender a rede de relações que se estabelecem nesse território e os saberes que atuam na transformação do mesmo (BRANDÃO, 2006)

No mapa abaixo localizo os pontos em que realizei observação: em amarelo o Centro de Artes da Maré que deu espaço aos encontros das associações de moradores, em azul a Divisa e o período da marcha contra a violência, em vermelho a Cena de Consumo de Crack FF 500 e em verde o Parque Ecológico do Pinheiro, também chamado de "mata" (em preto é o local onde aluguei uma casa e de onde escrevo esse texto).

convite desse projeto que, por demanda dos moradores da Cena, queriam construir um jardim no lugar das caçambas de lixo localizadas em frente aos barracos o que atraía muito ratos para as instalações. Esse processo também teve apoio da COMLURB e foi uma experiência muito importante para entender as ressignificações sobre o espaço que são uma das brechas que desenvolvo no próximo capítulo .

- Parque Ecológico do Pinheiro (ponto verde):

Fui chamada por moradores para um encontro no parque ecológico, ou “mata” como alguns chamam, que se sucederam em outros encontros com esse mesmo grupo e com a equipe da REDES. Como o morro do Timbau, o Parque Ecológico tem um relevo que se destaca no terreno plano da Maré. Essa característica vem do fato que essa região era uma ilha chamada Ilha dos Macacos, local que Oswaldo Cruz utilizava para realizar experimentos com macacos. Hoje em dia o parque é cercado, mas fica aberto 24 horas, dá lugar a sede da associação de moradores do Parque Ecológico e também de uma horta carioca. Esse contato com o Parque Ecológico trouxe reflexões e memórias importantes para a pesquisa que serão posteriormente apresentadas.

- “Divisa” e a marcha “Basta de violência” (ponto azul):

A “Divisa” é uma região situada no entorno do valão e separa as duas comunidades comandadas por facções diferentes, Nova Holanda, dominada pelo Comando Vermelho, e Baixa do Sapateiro, pelo Terceiro Comando. Ao lado desse valão estão dois Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) – o Elis Regina e o Samora Machel –, o que faz esse local ter grande circulação de crianças. Outros dois equipamentos públicos fazem margem com o valão e também possuem um público atendido diariamente: a Lona Cultural Herbert Vianna e a Vila Olímpica da Maré. Nessa região encontra-se também uma separadora de lixo. A presença desses equipamentos e essa dinâmica local fazem com que esse espaço seja importante para pesquisa, já que foi pontuado por algumas pessoas que conversei como um lugar crítico que deve ser repensado.

Em maio de 2017, algumas instituições da Maré se mobilizaram para organizar uma grande marcha contra a violência. A proposta foi que duas marchas saíssem dos extremos opostos do complexo (Vila do João e Parque União) e se

esses instrumentos e busquei outras informações de atores que estão ligados, ou não, a esses espaços observados.

4.2

Entrevistas

Para ajudar a sistematizar algumas informações importantes utilizo a proposta de Duarte (2004) quando pontua sobre as questões que devem ser formuladas. Segundo a autora, realizar entrevistas, sobretudo se forem semi-estruturadas não é uma tarefa simples, é necessário propiciar situações de contato, formais e informais, e “provocar” um discurso que atenda aos objetivos da pesquisa e que seja significativo no contexto investigado e academicamente relevante. Considerando que esse contexto é a favela ainda torna mais complexo utilizar esse instrumento e foi preciso muito cuidado e respeito para elaborar esse material. A mesma autora afirma que as pesquisas que fazem uso de entrevistas devem explicitar as seguintes questões que ajudam a orientar o trabalho:

- a) as razões pelas quais optou-se pelo uso daquele instrumento;
- b) os critérios utilizados para a seleção dos entrevistados;
- c) número de informantes;
- d) quadro descritivo dos informantes – sexo, idade, profissão, escolaridade, posição social no universo investigado etc.
- e) como se deram as situações de contato (como os entrevistados foram convidados a dar seu depoimento, em que circunstâncias as entrevistas foram realizadas, como transcorreram etc.);
- f) roteiro da entrevista (de preferência em anexo) e,
- g) procedimentos de análise (anexando, no final do texto ou relatório, cópia de uma das transcrições – desde que não haja necessidade de preservar a identidade do informante) (Duarte, 2004 p.219).

Já que a pesquisa busca investigar conhecimentos sobre a questão ambiental na Maré eu recorri às entrevistas como estratégia metodológica para poder perguntar sobre temas que não são tão discutidos. Nas observações também procurei me orientar para as entrevistas e buscar um formato que mais se aproximasse da realidade da Maré. Já que o tema sugerido para a entrevista poderia ser visto como abstrato, ou distante do cotidiano do lugar, procurei dialogar o máximo possível sobre a construção do roteiro.

Neste mesmo caminho, recorri à técnica de *snowball* ou metodologia “bola de neve” (VALENTIM, 2012, P.37) para escolher os possíveis entrevistados. Esse

instrumento ajuda na indicação de informante e é utilizado em pesquisas de diferentes campos de conhecimento, especialmente quando os indivíduos que se quer acessar são difíceis de encontrar, sub-representados ou invisibilizados. (VALENTIM, 2012). A seleção por meio dessa metodologia implica em solicitar aos entrevistados indicações de outras pessoas que poderiam voluntariamente participar do estudo.

Conversei com alguns moradores sobre minha pesquisa e a vontade de fazer entrevistas sobre o assunto e recebi indicações de pessoas que poderiam contribuir. Conforme fui conversando sobre a pesquisa com funcionários da REDES, comunicadores e produtores locais fui recebendo sugestões de moradores que são referência no que diz respeito ao meio ambiente, seja por plantarem, ou por terem barco ou por serem alguma liderança, o que fez com que eu buscasse esse caminho. O fato de já conhecer esses moradores que foram indicados contribuiu para que o trabalho da investigação fosse entendido como algo confiável. As entrevistas foram marcadas de acordo com a preferência do entrevistado, algumas foram feitas em locais públicos outras na residência do mesmo ou em seu trabalho.

Abaixo segue o quadro descritivo dos entrevistados:

Quadro descritivo dos entrevistados

Entrevistad@	Sexo	Idade	profissão	Território	Escolaridade
Carla	F	40	Líder comunitária	Pinheiro	1 ano do ensino médio e curso de informática e jardinagem
Jussara	F	57	Agente de limpeza	Nova Holanda	-
Cláudio	M	52	Muitas profissões, armador, pedreiro, manillheiro, pintor, pescador....	Nova Holanda	6º. ano

João	M	28	Cineasta, midialivrista, agitador cultural e socioambiental também.	Pinheiro	Ensino médio incompleto
Emerson	M	47	Atuou como professor por uns 20 anos, em sala de aula. Hoje não dá mais aula, trabalha na UFRJ, mas se identifica como professor.	Nova Holanda	Formado em História, bacharel e licenciatura na UERJ, mestrado e doutorado em Sociologia da Educação na PUC-Rio.
Maria	F	55	Pensionista e aposentada	Nova Holanda	Segundo grau completo
Jonas	M	87	Marceneiro	Nova Holanda	-
Bruno	M	46	Fotógrafo	Nova Holanda	-

Tabela 1: Quadro descritivo dos entrevistados na pesquisa.

Como falei anteriormente, não foi possível abranger todas as favelas do complexo; os moradores que consegui entrevistar são pessoas com as quais eu já tinha contato e que foram indicadas segundo a metodologia acima descrita. Foram ao todo oito adultos entrevistados, sendo três mulheres e cinco homens, de duas comunidades diferentes Nova Holanda e Pinheiro, suas escolaridades variam, bem como suas profissões. Todos moram faz mais de 20 anos na Maré e o mais novo dos entrevistados nasceu e foi criado na Maré.

O formato da entrevista foi construído a partir de entrevistas de caráter exploratório com pessoas da Maré que não iam ser entrevistadas na pesquisa. Esse teste possibilitou desenvolver uma linguagem que aproxima o diálogo à realidade das pessoas, bem como a forma que eu comunico essas perguntas, já que em alguns

momentos tive que explicar com outras palavras o questionamento que estava propondo. O roteiro utilizado (anexo 1) conta com uma parte de identificação da pessoa e, em seguida, tópicos que se referem ao território e ao tema da pesquisa. Sobre o território, questionei sobre suas transformações ambientais e como o meio ambiente é percebido, pegando esse gancho, também questionei sobre o que é educação ambiental, se ela é aplicada na Maré e que propostas desse tipo seriam viáveis no contexto da Maré.

Duarte (2004) também enfatiza que a construção desses dados não serve para legitimar a fala dos interlocutores com pouco poder social, já que o pesquisador é o idealizador e condutor do trabalho científico, ou seja, é a fala do pesquisador que será ouvida no relatório de pesquisa e não da comunidade silenciada. Isso significa que é o pesquisador que define os objetivos e quem escolhe o método de investigação, seu ponto de partida será o que o informante lhe diz, servindo de matéria-prima para a pesquisa. É importante ressaltar também que deve ser utilizado como fonte de conhecimento para subsidiar questionamentos e pressupostos. Dessa forma, a troca é estabelecida pela entrevista, ao mesmo tempo que o pesquisador adquire informações importantes ele também fornece ao entrevistado a oportunidade de refletir sobre sua experiência, cultura e valores.

Para analisar as entrevistas, Duarte (2004) destaca que é preciso muito cuidado com a interpretação e a construção de categorias. Existe uma tendência bastante comum entre pesquisadores de trabalhar com o material empírico procurando “extrair” elementos que confirmem suas hipóteses de trabalho e/ou os pressupostos de suas teorias de referência. A autora também chama atenção à interferência de nossa subjetividade, ter consciência dela e assumi-la como parte do processo de investigação. Desde o início da pesquisa compreendi que o meu lugar atuando nesse território construiu minha perspectiva sobre o que estudo, já que seria impossível me manter distante dessas experiências.

4.3

Análise de documentos

Optei por esta estratégia devido ter encontrado poucas referências acadêmicas sobre educação ambiental em favelas, como já mencionado. Percebe-

se a necessidade de mais pesquisas sobre como a favela é abordada em documentos norteadores de diretrizes da educação ambiental em políticas públicas e como é considerada nas pesquisas acadêmicas, para além dos contextos escolares. Por isso, busquei alguns documentos, que apresento a seguir, para elucidar questões que podem dialogar com os conhecimentos encontrados na pesquisa, o que será feito no próximo capítulo.

- **Mapa Rede Favela Sustentável**

Existem diversos coletivos nas favelas cariocas que trabalham com agricultura urbana, agroecologia e educação ambiental, como é o caso do Centro Educacional Multicultural no Complexo da Penha e o Verdejar, no Engenho da Rainha, ambos ocupam a serra da Misericórdia que vem sendo devastada pela indústria de minério. Recentemente, a organização não governamental Comunidades Catalisadoras produziu o mapa da Rede Favela Sustentável que fez o levantamento de 111 iniciativas e propostas comunitárias, na Região Metropolitana do Rio, que fortalecem a resiliência social e a sustentabilidade ambiental local. Esse relatório construiu dados que podem ajudar a compreender como a educação ambiental atua nas favelas do Rio de Janeiro.

- **Diagnóstico para a sustentabilidade do desenvolvimento da Maré**

Este Documento teve como objetivo elencar e analisar um rol de informações disponíveis sobre a Maré como também as informações apresentadas e debatidas com os órgãos públicos através de um ciclo de reuniões ao longo de 2015. Contém dados socioeconômicos e sociodemográficos do território, e um mapeamento dos atuais equipamentos e serviços públicos municipais que atendem a área e a previsão de ações da prefeitura para os próximos anos na Maré. Como não é o foco fazer a análise do discurso desse documento, vou pontuar alguns itens quanto à educação e o meio ambiente que aparecem no documento.

- **Documento Maré Que Queremos**

No ano de 2010, representantes das associações de moradores das 16 comunidades que formam o Complexo da Maré se reuniram e elaboraram um documento que sistematizava as principais necessidades e reivindicações dos

moradores, chamado “Maré que queremos”. Ele engloba as áreas de saúde, educação, artes e cultura, esporte e lazer, segurança pública, transportes, habitação, comunicação e meio ambiente. Além de ter acompanhado as reuniões para a atualização desse documento, escolhi analisar algumas demandas em pauta no que diz respeito ao direito a um meio ambiente saudável.

- **PRONEA**

Este documento tem como referência o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e apresenta as diretrizes e os princípios que orientam as ações do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. Este programa é de âmbito nacional, o que significa que sua implementação é de competência de todos os segmentos sociais e esferas de governo que são co-responsáveis pela sua aplicação, execução, monitoramento e avaliação. Esse material vai ser brevemente analisado com o intuito de compreender como a favela é abordada nessas orientações que devem ser seguidas pelo poder público em todas as suas esferas.

- **Censo Maré**

O Censo é uma iniciativa da REDES da Maré em parceria com o Observatório de Favelas, Fundação Ford e Petrobras, patrocínio da Action Aid e apoio do Instituto Pereira Passos (IPP) que se propõe a fazer um retrato do que é a Maré hoje, sempre com o foco na apresentação de alternativas e soluções que representem efetivas melhoras para as condições de vida dos moradores. O resultado vai dar base para a formulação, execução e avaliação do Projeto Integrado de Desenvolvimento Local (PIDL), cujo objetivo é fazer com que os governos definam as políticas públicas para o bairro respeitando as características locais, mas com os mesmos parâmetros utilizados para outros bairros do Rio de Janeiro. O censo de 2010 será utilizado para dar suporte com dados utilizados na discussão feita a seguir.

Como a pesquisa não está inserida em um universo único, como escolas e projetos, essa apresentação das fontes que utilizei é uma forma de explicitar os motivos da minha escolha e o contexto em que estão inseridas na pesquisa. Sendo assim, busco em seguida relacionar os aspectos abordados com algumas linhas de pensamentos que trazem reflexões relevantes para a educação ambiental. O que

chamo de “brechas” são pequenos espaços que podemos ampliar para discutir através de outras perspectivas e dialogando saberes diversos que se complementam.

5

As “brechas”

Quando me refiro a “brechas” expresso, mais do que resultados ou conclusões, possibilidades que inspiram a pensar algumas narrativas e práticas que podem ampliar a discussão sobre determinadas questões que me instigaram na pesquisa. Ao aprofundar contatos e relações que se manifestam em diferentes conhecimentos e percepções, foi possível reforçar ainda mais a ideia de que a Maré é um espaço heterogêneo, o que impossibilita buscar padrões ou generalizações. Essa diversidade traz elementos que podem ser vistos por diferentes pontos de vistas e vivências, por isso a identificação dessas “brechas” foi construída a partir do que pude observar, ouvir dos moradores entrevistados e daqueles com os quais tive conversas informais, e relacionar com as leituras que constituíram meu referencial.

Este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira busco fazer um breve panorama de como a educação ambiental atua nas favelas utilizando os documentos citados no capítulo anterior. Tanto pelo viés das diretrizes nacionais, como pelo mapeamento de iniciativas no Rio de Janeiro, procuro situar a conjuntura atual no que diz respeito a esse tema. Em seguida, na segunda parte, trago a discussão para o contexto da Maré, e relaciono as contribuições de outros documentos, as entrevistas e as observações para debruçar nas “brechas” que encontrei. Dentre elas destaco as transformações ambientais da Maré que são ganchos para entender as zonas de sacrifícios (VIDAL, 2016) e as arenas de debate que são conceitos que contribuem para essa discussão. Outra “brecha” sobre a qual discorro é a relação do cuidado com o espaço e a educação ambiental segundo a perspectiva de alguns moradores entrevistados. Para concluir, o terceiro aspecto que identifiquei como relevante, abarco possíveis ações e idéias propostas pelos conhecimentos locais e que abrem frestas para se pensar uma ecologia de saberes nesse contexto.

5.1 Educação ambiental na favela

A partir das conferências mundiais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, assim como da ECO 92 e a Rio + 20⁴, foram sendo criados documentos de referência para a atuação da educação ambiental no Brasil. A Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (Lei nº 9.795/99) criou o seu Órgão Gestor, por meio do Decreto nº 4.281/2002, integrado pelo Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Educação, que produziu as diretrizes para a implementação da educação ambiental como um direito. Em 2004, o Órgão Gestor realizou ampla consulta pública para a construção do Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA que é instrumento de participação social que congrega todos os segmentos sociais e esferas de governo na sua formulação, execução, monitoramento e avaliação. Neste documento, de 2004, podemos perceber a presença de uma perspectiva crítica que considera o meio urbano e os espaços favelados como parte do meio ambiente como é colocado na citação a seguir:

"A degradação do solo, a poluição atmosférica e a contaminação dos recursos hídricos são alguns dos efeitos nocivos observados. Na maioria dos centros urbanos, os resíduos sólidos ainda são depositados em lixões, a céu aberto. Associa-se a isso um quadro de exclusão social e elevado nível de pobreza da população. Muitas pessoas vivem em áreas de risco, como encostas, margens de rios e periferias industriais. É preciso também considerar que uma significativa parcela dos brasileiros tem uma percepção "naturalizada" do meio ambiente, excluindo homens, mulheres, cidades e favelas desse conceito". (BRASIL, 2004 p.17)

Já o documento atualizado em 2014 prevê o reconhecimento e valorização da diversidade dos múltiplos saberes e olhares científicos e populares sobre o meio ambiente, em especial de povos originários e de comunidades tradicionais mas não cita em nenhuma parte do documento a favela como um desses contextos que devem ser valorizados e reconhecidos. Mesmo sem a abordagem da política pública direcionada para a realidade das favelas, é possível perceber a presença de iniciativas que trabalham com educação ambiental em algumas favelas da cidade do Rio de Janeiro. O Mapa Favela Sustentável fez um levantamento dessas ações

⁴ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como ECO-92, que ocorreu entre os dias 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 também no Rio de Janeiro.

com o objetivo de ampliar essa visão sobre a favela como um espaço sinônimo de problema ambiental. Conforme o relatório destaca:

[...] a sociedade vê a favela como um problema intrínseco. Porém, tanto na sua origem (emergindo devido à falta de habitação, como solução para tal) quanto na sua evolução (respondendo aos desafios mais variados da vida no contexto de negligência do estado dentro do possível, com ações individuais e projetos coletivos locais) a favela não é na sua raiz um problema. (COMCAT,2017)

Esse mapeamento teve 111 inscrições de iniciativas das cinco áreas de planejamento da cidade. Foi identificado ao longo da pesquisa que, apesar de iniciativas poderem ser inscritas, sendo da área de ‘sustentabilidade ambiental’ ou de ‘resiliência social,’ basicamente todos os projetos preencheram ambos os campos percebendo a ligação imediata e direta entre os dois tópicos. Além disso, foi possível perceber com a pesquisa que mais de 50% das iniciativas tem menos de quatro anos de existência e, como afirma o relatório, "existe um movimento insurgente de atores concentrados em fortalecer os aspectos resilientes e sustentáveis, e solucionar os desafios socioambientais das favelas fluminenses” (REDE FAVELA SUSTENTÁVEL, 2017, p.43).

Esse estudo mostrou que a grande maioria das iniciativas é liderada por grupos de mulheres e homens (78,6%) e partiu dos próprios moradores da comunidade (74,3%). Quanto a questão ambiental, apenas 26,1% declararam que as áreas impactadas pela iniciativa não estão sujeitas a riscos ambientais. Os desafios são apresentados nas categorias: lixo e reciclagem, aparecem como maioria 38,9%, seguindo de esgoto limpo, 14,8%, ruas seguras para crianças, 14,8%, habitação adequada , 7,4%, e de baixo custo e a arborização, conservação da floresta e horta comunitária 5,6%, entre outros. No terceiro formulário da pesquisa, no qual 55 iniciativas responderam as questões, o relatório aponta descrições dos aspectos insustentáveis das comunidades apontadas pelos grupos. Quanto aos resíduos sólidos foi destacado o acúmulo de lixo, a coleta de lixo ineficiente, o descarte irregular causando acúmulo de sujeira, a falta de separação do lixo orgânico do reciclado, o lixo nas encostas, nas ruas e lixão aberto. Quanto aos serviços prestados foi denunciado a falta de educação ambiental, falta de atividades esportivas, a destruição de áreas de lazer existentes pelo PAC, a não-implantação do Parque da Serra da Misericórdia, e a presença de espaços

públicos subutilizados. Também foi pontuado alguns riscos ambientais como o calor excessivo, devido à falta de arborização, a baixa qualidade do ar, devido à proximidade às vias expressas, acidentes em dias de chuva causados por falta de drenagem e pavimentação, violência e desrespeito aos direitos humanos. É possível perceber com esse mapeamento que existem pautas em comum quando se aborda a questão ambiental na favela. Apesar das especificidades de cada lugar, existem demandas que estão sendo trabalhadas a partir de iniciativas que procuram conscientizar sobre esses riscos ambientais e mitigá-los. A educação ambiental ainda aparece atravessada à temática e traz dificuldades na leitura do documento para entender como essas iniciativas atuam com a educação ambiental. O fato de a maioria das iniciativas serem protagonizadas por moradores também indica que os saberes locais são fundamentais para essa discussão que permite pensar a favela também como solução dos problemas ambientais.

O diagnóstico para a sustentabilidade do desenvolvimento da Maré publicado em 2016, feito pelo Instituto Pereira Passos, se refere à Maré, ao longo do texto, como área em processo de pacificação e desenvolve análise de vários dados. Tem uma sessão “Meio Ambiente”, mas ao longo de todo o documento, não é citado nenhuma vez o termo “educação ambiental”. Sendo assim, busco a seguir aprofundar essa reflexão para o contexto da Maré, para além das iniciativas mapeadas, me conduzindo pelo resultado da pesquisa participante no território.

5.2

As Marés

É grande o desafio de fazer a análise dos dados segundo um recorte específico e diante de uma vasta diversidade de conhecimentos e temas que se relacionam. As Marés se referem a essas diferentes realidades e experiências da Maré que enriqueceram a pesquisa e que tento aqui costurá-las de acordo com um percurso que as “brechas” foram me indicando. A narrativa ultrapassa a linearidade de um objeto de estudo único e particular, por isso optei por fazer a triangulação dos dados utilizando os depoimentos, observação e a literatura utilizada como referência. Os temas geradores aparecem nessas “brechas” contadas pelos moradores e podem ser fundamento para processos pedagógicos e reflexões que a educação ambiental pode abordar.

Retomo aqui o contexto histórico da transformação ambiental da Maré segundo o relato dos entrevistados e relaciono com conceitos da justiça ambiental que ajudam a entender alguns processos de transformação nos espaços onde fiz a observação participante.

"Eu vi o caranguejo pra morrer atropelado ali na av. Brasil..."

Uma das riquezas da Maré é sua história e suas profundas transformações ambientais características da geografia da Maré. Como mostra o mapa abaixo, a construção da ilha do fundão e da Maré aterraram regiões de mangue e ilhas.

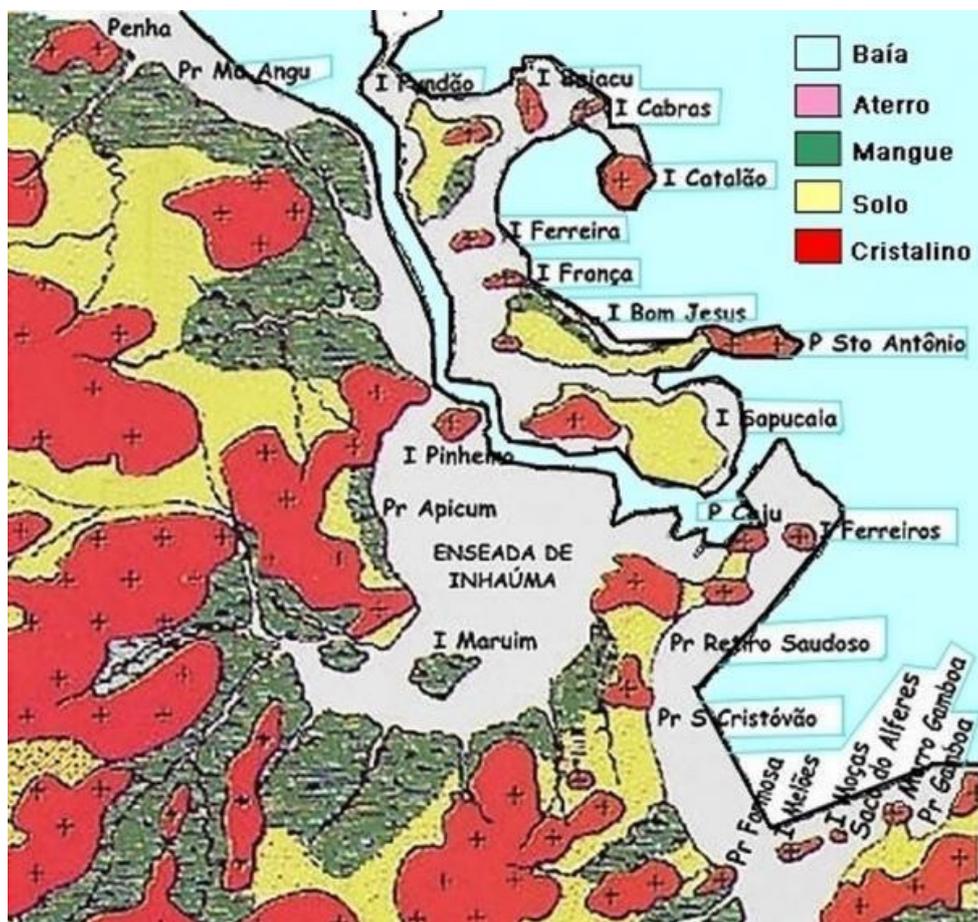


Figura 7: Mapa do relevo da região do Caju, Leopoldina, Maré. Ilha do Fundão. (<http://www.gfdesign.com.br/canaldofundao/1500-1808.php> acesso em: 09/03/2018)

A região que antes era caracterizada por ser um estuário, local onde diversas espécies marinhas se reproduzem, deu espaço para ocupação de palafitas e, posteriormente, aos aterros. Segundo (SILVA, 2006), esse é um dos aspectos mais peculiares da Maré, cujo território, além de conquistado, passou por um processo de construção, através de aterros realizados pelos próprios moradores. Assim, de

forma lenta e contínua, os moradores começaram a desenvolver estratégias para produzir seu próprio chão a partir da possibilidade de aterrar o manguezal. Esse processo significava melhores condições de moradia ainda que as reivindicações para que as promessas do Projeto Rio fossem cumpridas permanecessem em pauta.

Como afirma Bruno:

[...] a Maré nasce no manguezal com a construção da via e ela vai no avançar de casa trazendo uma solução habitacional pra cá. Então pra isso as pessoas cometem um crime que é aterrar o manguezal, o próprio nome Maré, esse habitat onde a gente mora.

É importante ressaltar que essa solução veio de uma demanda do próprio desenvolvimento da cidade que necessitava de trabalhadores para realizar as obras previstas, a construção das vias expressas e de instalações, como a UFRJ. Isso também é comentado pelo jovem João.

Os próprios moradores foram construindo em um processo lento, porque, se fosse depender do governo, não existiria a Maré hoje. Essa foi a primeira mudança ambiental. E as outras foram as vias expressas, que impactaram muito aqui, a linha amarela e a linha vermelha. Somos rodeados pelas mais importantes vias expressas do Rio. Isso virou um ponto de interesse das indústrias, estas começaram a ocupar a margem da Av. Brasil, os trabalhadores delas começaram a morar na Maré, gerando uma ocupação desordenada.

Emerson também aponta o fato desses processos de aterramento terem ocorrido em dois períodos distintos:

A Maré tem um problema grave desde a sua origem. No planejamento original, com ou sem planejamento. Ela se divide em dois momentos. Até os anos 60, ela cresce sendo aterrada sem planejamento, os moradores vão construindo, aterrando a Baía. Dos anos 60 para a frente, é o Estado que faz isso, que também aterra a Baía, para colocar casas e tal. Desde o início ela tem uma questão ambiental, pois não se pensou nisso.

O senhor Jonas conta sua vivência sobre esse processo de trabalhar nas construções da região:

Eu cheguei aqui em 1948, não tinha cidade universitária, não tinha nada daquilo ali não, a ponte do Galeão só tinha só pedaços, o hospital do Fundão ficou 25 anos parado, ferrugem comeu o ferro todinho que fizeram. Eu comecei a trabalhar na ilha do Fundão em

68, em 66 eu trabalhei construindo a escola de engenharia do Fundão, como armador, fazia ferragem daquela obra todinha.

Quando pergunto sobre as transformações da Maré o mesmo morador também descreve como era a antiga avenida Brasil e o cotidiano da região.

Eu sou o primogênito aqui da Maré, eu to com 69 de Maré, eu vi essa circunstância toda do Timbau pra cá, até a variante (antiga avenida Brasil). Quando eu vi uma pista com 2 tipos de carro só por que não tinha outro carro, era só chevrolet 29 e ford 29. Eu vi o caranguejo pra morrer atropelado ali na av. Brasil. Urubu comendo carne de caranguejo estragada no meio da pista, quando nós chegamos aqui não tinha água, tinha carregar água, no “rola” lá.

Jussara, que mora em Nova Holanda desde 1970, também recorda dos tempos em que se não tinha água em casa e o “rola” era a alternativa.

Tinha que pegar água do outro lado da Brasil, pegava água no “rola” que é uma peça feita de barril de madeira com duas rodas que servia pro transporte. Só tinha um mercado, posto de saúde não tinha

Como retrata a foto abaixo da pintura de Chico Moreira.



Figura 8: Foto da pintura de Chico Moreira retratando as “rolas”de água (Fonte: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/mare-ganha-guia-de-ruas-das-16-comunidades-do-complexo-20120928.html> acesso em 09/03/2018)

Outro tema muito recorrente nas entrevistas e na memória da Maré, como seu nome já diz, é a relação com a Baía de Guanabara e a pesca, como conta Joyce sobre a época das palafitas.

Eu fui morar no barraco de madeira na palafita depois que nós saímos de lá e fomos pro barraquinho de Nova Holanda. Tinha muito caranguejo nessa época, tinha gerino.. Quando a gente queria pegar, pegar peixe a gente pegava um barquinho e ia lá dentro pescar peixe pra comer. Eu pescava com meu primo que fazia o barco com caixote de mercado. Nos barracos a pessoa evacuava e caía direto na Maré, aí ninguém mais pescava por ali, tinha que ir lá pra dentro do fundão pra pescar.

Essas mudanças que os aterros provocaram também interferiram na dinâmica de pesca que já estava estabelecida na região. No entanto, essa prática ainda é considerada um lazer tanto para pescadores como para as pessoas que utilizam o serviço do barco, como explica Cláudio quando responde minha pergunta sobre o que há de positivo na Maré:

Positivo é um lugar que tem tudo né, perto né, principalmente esse negócio da pesca, que eu trabalho aqui e rapidinho pego meu barco ali e vou distrair minha mente. (...) Primeiro eu fiz um barco de madeira depois foi de fibra e agora tenho um barco maiorzinho. Levo algumas pessoas pra pescar, a maioria são da Maré. Eu pesco até a ponte, no aeroporto, aqui na Ilha Seca.

Cláudio também diz que acha que "o pescador mesmo, que vive da pesca está diminuindo, não tá aumentando. Tem uma pessoa que tem um barco e usa no final de semana, é pro lazer. Pro lazer aumentou, mas pra viver da pesca mesmo são poucos".

Em decorrência de vários vazamentos e falhas no sistema de saneamento, foi feito o programa de despoluição da baía de Guanabara que realizou drenagens no Canal do Cunha, implementou ecobarreiras e arborizou as margens como Claudio comenta a seguir:

Fizeram a limpeza do canal, tiraram mais ou menos né, por que não fizeram uma limpeza mesmo do jeito que tinha que fazer né, até a margem. Tiraram só no canal e aí depois botaram aquelas

barreiras e cercas que, às vezes que não tem manutenção, o lixo começa a passar pro manguezal. Mas ali foi uma época que melhorou muito os manguezais porque ajudou bastante aquelas cercas porque os manguezais pegaram uma força incrível, acho que ali mudou bastante.

No entanto, muitas promessas não foram atendidas e a situação ainda se encontra preocupante como afirma Carla:

Vê lá na Maré como tá, um lixo, aquela limpeza do canal, aquelas obras mas na verdade não limpou nada, né. O canal do Cunha como tá, todo ruim, cheio de lixo dentro. O ambiental aqui tá pior, pra mim não melhorou em nada. As associações brigam muito, tanto pelo canal como o eixo 300 que tá tudo sujo dentro, mas é uma luta que não tem resultado. Os pescadores sofrem, às vezes, para chegar com as embarcações por que tem muita lama, muita sujeira.

Pela perspectiva da justiça ambiental é importante aprofundar o olhar para essas questões e perceber que essa degradação não é decorrente apenas de uma ação local e sim de uma estrutura precária onde as atividades industriais causam grandes impactos como argumenta João:

A Baía de Guanabara está do jeito que está não é por conta do esgoto da favela, é também, contribui, mas se for fazer uma análise de metais pesados... Quais são os impactos dessas indústrias, desses estaleiros que ficam lavando porão de navio que vem da China e de outros lugares do mundo?

É interessante desmistificar também esse imaginário de que a Baía de Guanabara não tem vida e se tem está contaminada. Na minha monografia para a conclusão do curso de biofísica fiz uma pesquisa sobre contaminação de metais pesados em peixes da região do canal do Cunha. Para coletar esses peixes utilizei a ajuda de Cláudio. As medições deram níveis abaixo do limite de referência para ingestão diária para cada elemento (PDTI - provisional Tolerable Daily Intake), segundo as orientações da Organização Mundial da Saúde. Provavelmente, as baixas concentrações desses metais nos organismos aquáticos da Baía de Guanabara estão relacionadas com as condições eutróficas locais, os elevados índice de partículas em suspensão e a alta produtividade biológica. Sendo assim, o metal poderia estar fortemente complexado ou adsorvido pelo material particulado⁵,

⁵ Material particulado em suspensão é o conjunto de partículas sólidas, de origem orgânica ou inorgânica, que está disperso na coluna de água de um corpo hídrico (rio, lago, oceano...)

isso gera a diluição das cargas do metal lançados na Baía e conseqüentemente seu tempo de residência na coluna d'água é reduzido, o que diminui sua disponibilidade para os organismos. Cláudio descreve com outras palavras esse aspecto peculiar da biodiversidade da Baía:

Eu acho uma coisa muito interessante na natureza, a natureza bate na gente todo dia por que do jeito que é essa baía, poluída... Eu vejo as pessoas falarem da poluição, aquela coisa toda e que não vai comer peixe desse lugar. Eu como esse peixe desde que cheguei no Rio de Janeiro e nunca tive nada. Até linguado a gente pega aí, perto do Fundão, ali no Catalão, pego linguado, tainha, corvina, corvina nunca acaba. Ontem mesmo fui ali e pesquei 4 corvinas. Só diminui o tamanho né, não dá tempo de crescer né, algumas morrem. Sardinha sempre tem mas tá meio sumida, a sardinha verdadeira. Siri, camarão..., as pessoas não acreditam nisso não.

É interessante perceber que essas transformações ambientais na Maré em decorrência da ocupação do solo urbano também impactaram a biodiversidade local. Algumas espécies estão mais difíceis de encontrar e o tamanho dos pescados também foi reduzido devido à pesca predatória. Mesmo assim, a pesca artesanal ainda está presente no cotidiano da Maré, talvez em menor escala, com a resistência de pescadores em manter essa tradição que, para muitos, também é um lazer.

Parque ecológico do Pinheiro

Outro elemento interessante da história da transformação da Maré é a antiga Ilha dos Macacos, local onde Oswaldo Cruz utilizava para fazer experimentos, conhecida atualmente como Parque ecológico do Pinheiro ou "Mata". Como o

morro do Timbau, o parque ecológico é um relevo que se destaca no terreno plano da Maré. A região já deu espaço para um aquário.

Figura 9: Aquário da Ilha dos Macacos (fonte: <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/parque-ecologico-dos-pinhheiros-parque-municipal-ecologico-da-mare-ilha-do-pinheiro-2>)



E também era possível ter uma vista da região parcialmente aterrada.



Figura 10: Vista para a linha vermelha com aterro parcial. (Acervo museu da Maré)

E antes do aterro.



Figura 11: Vista da Ilha dos Macacos

(fonte: <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/parque-ecologico-dos-pinhheiros-parque-municipal-ecologico-da-mare-ilha-do-pinheiro-2> acesso em 09/03/2018)

Hoje em dia o Parque é cercado, tem árvores mas o solo é muito compactado, também tem bancos e brinquedos, alguns quebrados. Não há lixeiras e por isso há resíduos espalhados por todos os espaços, assim como fezes de cavalo. Na parte mais alta é possível ver o Pão de Açúcar, a Linha Vermelha e o Fundão, e abaixo há um anfiteatro.



Figura 12: Anfiteatro do Parque Ecológico com a ponte do Saber ao fundo. (foto tirada em novembro de 2017)

Poucas pessoas utilizam o espaço do Parque e as que observei eram homens. Os moradores que moram no entorno comentaram sobre como era um espaço de lazer para muitas crianças, havia cabanas e espaços mais conservados.

Com o tempo a manutenção não foi sendo feita e o lugar começa a se caracterizar como um lugar abandonado como explica melhor João:

Foram vários problemas, mas a mata não tinha uma manutenção do que foi feito. Na verdade a administração era da Fiocruz. [Era um espaço que o Oswaldo Cruz usava...] A prefeitura abriu para o povo, mas não teve a manutenção clássica e as coisas foram se desintegrando, não tinha mais energia elétrica, o que tornou o local perigoso à noite, não tinham tantas casas, então começou a ser um lugar a ser evitado.

Um dos moradores disse que fez uma pergunta para as crianças que frequentam a Lona se elas já foram na Quinta da Boa Vista e a maioria disse que sim, depois quando ele perguntou se foram na Mata ninguém conhecia.

Descendo pelo outro lado do Parque avistamos umas casas e um terreno de horta dentro da cerca do Parque. Havia alguns trabalhadores da COMLURB e duas pessoas que trabalhavam ali: o "Bacana", um senhor que recebe bolsa do projeto Hortas Cariocas para trabalhar no cultivo, e a Carla que é presidente da associação do Parque Ecológico do Pinheiro. Ela comentou que desde que o exército subiu com tanques no Parque, a COMLURB não consegue subir para recolher o lixo visto que os paralelepípedos estão todos quebrados. Segunda ela:

O Parque não estava tão degradado assim, ficou mais degradado por que quando o exército veio eles trouxeram o blindado pesado e subiram na mata, entravam por uma entrada e saíam pela outra. E aquele tanque pesado destruiu a subida, agora toda vez que chove o barro desce todo no meio da rua entupindo os ralos pluviais. A gente quer fazer um trabalho de encosta pro barro não descer pra rua. Além de plantar mais árvores tem que repor as pedras, antes deles irem embora eles reporam as pedras mas não chamaram os profissionais, na chuva seguinte levantou tudo de novo.

João também comenta sobre o momento em que o Parque era mais utilizado e preservado.

(...) Então passávamos o dia inteiro lá, as pessoas iam fazer piquenique, se divertir, tinha cipó, ficávamos nos pendurando, era cercado. As duas entradas funcionavam perfeitamente. O teatro tinha peça ainda, na época. Quem administrava era a associação de moradores e a igreja fazia atividades lá.

Carla ao contar sobre a relação desse espaço hoje em dia com o projeto Hortas Cariocas relata que a horta não consegue ter uma produção relevante porque alguns moradores invadem o espaço e pegam antes da hora da colheita. Os dois,

que trabalham na associação e na horta, também comentaram que o hortas cariocas envia terra com muito vidro e as plantas não crescem bem pela baixa qualidade do material que eles enviam. As grades estão danificadas, os cavalos e porcos entram e destroem o que resta da plantação.

No diagnóstico feito pela Prefeitura, o Parque Ecológico consta com uma iniciativa feita pela Prefeitura:

No fim do mês de junho deste ano uma ação do Programa Rio+Social em conjunto com a Força de Pacificação da Maré e o projeto local Semeando Esperança, promoveu o “Dia de semear esperança: A Maré abraça o Parque Ecológico do Pinheiro”. O evento propiciou o plantio de 91 mudas no local e a doação de outras 200 para moradores que compareceram. O dia contou com atividades de conscientização ambiental e de saúde para a prevenção da dengue e divulgação de serviços. (IPP,2016)

Integrantes do coletivo Maré Vive⁶ tem feito um movimento de reocupação desse espaço de forma contínua, tanto ajudando com a limpeza como também nas atividades culturais. É nítido como esse espaço tem um potencial de voltar a ser um local mais utilizado pela população, mas é necessário que haja manutenção básica de forma contínua o que não é responsabilidade da associação de moradores e sim da Prefeitura. A COMLURB possui um papel fundamental mas não pode atuar sozinha, se faz necessário a participação de outros órgãos nessa manutenção em conjunto com os moradores.

Esse contexto histórico que a Maré vivenciou como produto de diferentes formas de aterros para acomodar trabalhadores da região nos faz compreender esse território como uma das "zonas de sacrifícios" da cidade do Rio de Janeiro. Esse termo se refere a concentração de ações e omissões ambientalmente nocivas em áreas ocupadas por populações de baixa renda que incluem a poluição industrial, a ausência de saneamento básico, o baixo grau de arborização, riscos associados às enchentes e deslizamentos de terra (VIDAL, 2016).

Segundo Rios (2011), o movimento de justiça ambiental utiliza a expressão “zona de sacrifício” para caracterizar territórios sistematicamente escolhidos da implementação de empreendimentos poluidores ou que oferecem riscos à

⁶ O Maré vive é um coletivo que possui um canal de mídia comunitária feito de forma colaborativa e hoje possui 129 mil seguidores do Facebook. (Disponível em: <<https://www.facebook.com/Marevive/>>. Acesso em: 9/03/2018)

população do entorno. Trata-se, geralmente, de comunidades populares, regiões desvalorizadas e com precária infraestrutura urbana. "Estas características desvalorizam ainda mais a região, atraindo mais empreendimentos para lá. O resultado é que esta localidade recebe parcelas desproporcionais dos prejuízos causados pelas atividades econômicas ali realizadas." (RIOS, 2011 p. 58)

Mesmo diante desses prejuízos e da ausência de política públicas eficientes que atendam essas pautas, os próprios moradores contribuem com processos de mitigação desses efeitos que as "zonas de sacrifício" provocam. Para além de pontuar os problemas, procuro elencar algumas iniciativas que promoveram soluções locais e que trazem aspectos relevantes para a atuação da educação ambiental.

Jardim da Cena FF 500

Em 2015, uma equipe multidisciplinar da REDES começou a se aproximar de uma cena de uso de drogas na Rua Flávia Farnese número 500, Parque Maré. A partir de 2013, cerca de cem pessoas haviam começado a frequentar ou a morar ali, tornando-se parte do cotidiano da Maré. A proposta do projeto-pesquisa era entender aquele grupo de pessoas que usam drogas e em situação de rua. Outro ponto importante era, e continua sendo, ampliar o debate sobre drogas na região. Hoje, o projeto atua na cena da Flávia Farnese 500 e na Avenida Brasil, entre as passarelas 9 e 10, onde há cenas itinerantes de uso de drogas.

Em julho de 2017 fui chamada por esse projeto para participar de uma reunião com representantes da COMLURB, e membros da REDES, para conversar sobre uma possível parceria. A equipe que acompanha a cenas de consumo de crack, que fica na rua Flávia Farnese, paralela à Avenida Brasil, buscou essa parceria para intervir quanto à questão do lixo. Na reunião foi abordado que do lado da cena tem três caçambas e os usuários que moram ao lado estão dizendo que acordam com ratos em casa e muitos já levaram mordidas. Um dos funcionários da COMLURB, que trabalha na Maré há 20 anos, disse que os próprios usuários mexem no lixo e acabam atraindo os animais com essa sujeira. No entanto, as coordenadoras apontam que esse lixo não é produzido apenas por eles e sim pela população do Parque Maré ali do entorno. A proposta era deslocar as caçambas para o outro lado da rua e fazer uma desratização nas casas. No entanto, os usuários não se sentem

bem em fazer o uso da droga em um local exposto à população que passa, por isso também a ideia de fazer um jardim no local onde as caçambas estavam para evitar essa exposição. Esses usuários estão na cena há quatro anos e muitos são nascidos na Maré. Um dos funcionários da COMLURB ressaltou que para fazer essa mudança tem que falar com todos os envolvidos: associação de moradores, representantes políticos, a empresa de desratização e os próprios usuários.

Posteriormente a esse encontro, foi feita uma assembléia na cena com os usuários para que eles decidissem sobre essa questão para ser encaminhada e todos concordaram que iriam colaborar com a arrumação dos barracos para a desratização. Eles também concordaram com a ideia do jardim e se comprometeram a cuidar. Sendo assim, em parceria com a associação de moradores do Parque Maré, a COMLURB, a REDES e os moradores da cena, foram feitos sete canteiros de pneus com duas mudas cada e os moradores ficaram responsáveis por regar. Durante o plantio alguns perguntaram sobre os cuidados que tinham que ter e chamaram atenção dos outros que não estavam participando para esses cuidados. Depois de sete meses percebemos que o jardim continua com as mudas, um romã frutificou de uma delas e novas mudas foram colocadas no jardim por eles mesmo.

Recorro a essa intervenção, e não a outras tantas de que participei realizando plantios, pois nesses sete anos plantando na Maré essa ação foi a que mais deu certo na minha perspectiva. Diversas vezes presenciei com o Rua da Muda iniciativas que não tiveram continuidade, que as mudas não sobreviveram por diversos motivos, mesmo tendo uma pessoa se responsabilizando pelo cuidado. No caso da cena, houve uma organização para regar as plantas todos os dias e também na utilização do espaço, já que alguns são garimpeiros e coletam materiais para reciclagem e depositam perto do jardim. Lilian, a antiga liderança da cena, me contou em uma conversa informal que esse cuidado funciona como uma terapia para eles e gera envolvimento de todos para manter o espaço.



Figura 13: Foto do Romã, uma das mudas do jardim tirada em novembro, quatro meses depois do plantio que foi em julho de 2017.

Esse processo foi importante para ressignificar o espaço que antes era sujo e infestado por ratos e que agora está visualmente mais bonito. É claro que essa ação isolada não promete solucionar todas as questões que envolvem esse espaço, mas pode ajudar a provocar outras mudanças e reflexões de pessoas que passam por esse local. Também faz parte dessa transformação desconstruir esse estereótipo de que os usuário de drogas não tem organização e cuidado com espaço. Apesar das situações precárias vivenciadas por esses indivíduos, é possível perceber o cuidado de um com o outro, dinâmicas de organização e de faxina do espaço como qualquer outro coletivo.

Essa experiência me levou a refletir sobre como o caráter prático da intervenção transborda a perspectiva pragmática e se soma há uma visão crítica que essa realidade está inserida. Ou seja, apesar de ter sido uma ação pontual, o processo ressignificou o espaço: onde antes era lixo, agora as pessoas mantêm um jardim. Como a ação é vinculada a projetos de saúde e assistência social, que lutam diariamente por políticas públicas para esse grupo de pessoas, abrem-se possibilidades para que a educação ambiental possa dialogar de forma crítica com essas ações que ocorrem frequentemente nesses projetos. As pautas prioritárias

quanto a saúde e habitação podem se articular com propostas pedagógicas construídas pelos próprios moradores, como foi ensaiado nessa primeira intervenção. A REDES neste ano irá inaugurar um espaço de referência sobre drogas que possivelmente trará oportunidade para que essa articulação possa ser feita com mais fundamento e estrutura de apoio.

Praça da Divisa

Fiquei sabendo pela Geisa, coordenadora da Lona e do Centro de Artes da Maré, que o local onde o lixo era acumulado na Divisa seria transformado em praça com o apoio da COMLURB. A idéia seria terminar a praça para o dia da Marcha Basta de Violência no dia 24 de maio, como um ato simbólico, já que esse local é caracterizado por muitos conflitos armados. Nesse espaço é possível ver os postes furados por tiros, assim como o muro e as paredes das escolas também são marcados pelos rastros dos conflitos. O valão é um espaço de depósito de lixo de todas as naturezas e é utilizado pelas duas comunidades vizinhas, onde alguns catadores buscam materiais para vender na separadora de lixo que fica ao lado do valão. Geisa afirmou que o gari passa na porta das pessoas para recolher lixo e não acumular em pontos das ruas, cada lugar que tem uma caçamba de lixo vira um lixão, o que não é saudável para ninguém. Ela entrou em contato com o João, gerente da COMLURB na Maré, para planejar essa ação. Como a idéia também era criar um espaço verde, Geisa chamou o Muda Maré para ajudá-la no plantio das mudas com as crianças que frequentam a Lona. Muitas pessoas diziam que ninguém ia ficar na praça por que é linha de tiro, outras falaram que os pais não deixam as crianças frequentarem aquele espaço e outras ficavam brincando com o nome da praça, “praça do inferno”, “praça da paz” etc. Nas semanas anteriores a essa intervenção fizemos um trabalho de preparação com as crianças para a marcha onde elas construíram duas paródias que foram apresentadas no dia da manifestação.

A proposta era de que duas marchas saíssem dos extremos opostos do complexo (Vila do João e Parque União) e se encontrassem na Divisa. Para isso, as mesmas instituições, junto à COMLURB, planejaram retirar o depósito de lixo em frente ao valão e fazer uma praça. Durante os dias de transformação do espaço algumas pessoas comentavam sobre a possibilidade de a praça ser útil ou não. Ao serem questionados sobre o destino do lixo, os representantes da COMLURB se

comprometeram a manter aquele espaço limpo, uma vez que o lixo seria recolhido de porta em porta em dias determinados. Era nítido como aquela intervenção gerava interesse das pessoas que passavam, tanto pela beleza do espaço que deixou de ser lixo para dar lugar a brinquedos e plantas, quanto pelo questionamento se as crianças iriam utilizar esse espaço, já que é caracterizado pela rota de tiro nos conflitos.

No dia da marcha, a divisa foi tomada por uma multidão de gente e muitos moradores se emocionaram ao ver aquele espaço ser reinventado daquela forma, pelo menos naquele momento. A praça foi ocupada por crianças que, de tanto usar, quebraram a escada do escorrega e a corrente do balanço, nos lembrando que o brincar é urgente.



Figura 14: Foto do ponto final de encontro da marcha Basta de Violência. 24/05/2017

A dúvida era se aquele lugar ia continuar sendo utilizado e cuidado para que não voltasse a ser o que era. No dia seguinte à marcha houve operação policial nas comunidades de Nova Holanda e Parque União, mais de 3000 crianças ficaram sem aula. Nos dias que se sucederam era possível ver a praça sendo usada nos horários de saída da escola e hoje, depois de dois meses, podemos ver que aquele espaço está sendo produzido por relações que antes não existiam. Apesar de continuar sendo um espaço produzido pelas relações sociais que definem a fronteira dos dois territórios comandados por grupos de civis armados inimigos, ele está sendo produzido também pelas relações que se dão após as transformações desse espaço.

A utilização dos brinquedos pelas crianças, a ausência de lixo no chão e outras dinâmicas se constroem na produção daquele espaço da divisa.



Figura 15: Foto da praça tirada em maio de 2017 logo antes da intervenção com a COMLURB



Figura 16: foto da praça tirada em fevereiro de 2018

Quando eu estava terminando a entrevista com Bruno e perguntei a ele se tinha algo a acrescentar, ele me respondeu:

B: -Eu tenho uma pergunta! Quando foi feito aquele negócio pra questão da paz, onde tinha o lixão, o lixão voltou?

Eu: -Não, a COMLURB está fazendo uma manutenção, ajudando a fiscalizar, mas onde tem as caçambas continua com lixo.

B: -Mas por que não voltou com aquele espaço (degradado)?

Eu: - Não sei

B: - O morador viu bonito. Repara as placas. Quando é através de ameaça tem lixo, vai botar de madrugada, vai colocar no sapatinho. Por que lá não voltou? Porque lá tá muito bonito e o morador pegou como dele. Viu como tem solução? Naquele lugar ainda, é Divisa, não tinha hábito, colocou alguma placa ameaçando? Tem alguém vigiando ali? Se a favela for assim e cada lugar que fizer assim não vai botar lixo. O morador vai se readequando a situação. Se toda a favela for tratada como foi aquele espaço vai ter resultado, pô.

Essa percepção, à qual Bruno se refere, diz respeito à construção de um processo de conscientização que é estimulado por essas mudanças no ambiente. No entanto, a concepção desse espaço ainda é estigmatizado dentro da comunidade como um espaço perigoso e também como um lugar sujo, que deve ser destino do lixo, como retrata a foto abaixo. A foto abaixo evidencia isso, a frase “Não joga lixo, entulho, vai ser cobrado, joga na Divisa”. A Divisa, que se estende a vários pontos, na altura da rua principal, rua Evanildo Alves, rua Tancredo Neves, são locais onde é possível notar a acumulação de lixo.



Figura 17: Placa na rua Tancredo Neves

Maria, moradora do "Tijolinho", uma região de Nova Holanda perto da Divisa, comenta sobre as diferenças do que ela chama de cultura dos moradores que moram na Baixa do Sapateira e em Nova Holanda.

A cultura dos moradores da Nova Holanda é diferente das pessoas que moram na Baixa do Sapateiro. São rivais. Temos que atender todos os espaços e termos o livre arbítrio de ir e vir de qualquer lugar. As pessoas da Baixa do Sapateiro são de preservar os locais, existe uma praça lá, desde a época que eu moro aqui, que nunca foi depredada nem destruída; aqui já foi refeita várias vezes a praça próxima a REDES. É questão cultural, não sei o que passa pela cabeça das pessoas de terem o desejo de destruir, de não conservar o que é dele. Na realidade, o que está tirando é de si mesmo. Acham que foi o governo que fez, mas tudo o que é fruto que ele faz é do nosso imposto de renda, do nosso trabalho, é mantido por nós.

Esse discurso de que os moradores não cuidam do espaço e depredam o mesmo é muito comum quando se fala sobre problemas ambientais nas favelas. No entanto, Bruno traz uma reflexão crítica sobre a relação com um espaço que está crescendo cada vez mais e os serviços públicos não atendem a demanda correspondente:

O morador tem sua responsabilidade, mas a gente não discute também o quanto cresceu desde que a Maré foi criada, como cresceu tanto o poder de consumo, como o quantitativo de moradores na favela. E não se adequou. Isso pode ser refletido na luz, refletir na água, não acompanhou esse processo de crescimento. A própria COMLURB não acompanhou.

Nesse sentido, é importante ressaltar também que apesar das políticas públicas ainda não acompanham esse crescimento da população, existe um esforço das associações de moradores e iniciativas locais para pautar essas demandas para que haja essa cobrança aos órgãos responsáveis.

Um exemplo disso é o projeto "Maré que Queremos" que integra o fórum das associações de moradores, coordenado pela REDES, espaço de articulação comunitária, que construiu um diagnóstico em 2010 e desde então vem atualizando suas demandas. Nesse período houve avanços, como a implementação de 23 escolas no território.

Em um dos encontros com os presidentes das associações de moradores para construir o documento "Maré que queremos" com dados atualizados, surgiu a

discussão entre os presidentes sobre a falta de cuidado das pessoas com o espaço público: “jogam lixo fora do horário combinado, jogam os resíduos direto no valão e destroem as plantas das ruas”. Quanto ao lixo um dos presidentes diz que no início do projeto “Gari comunitário” eram 120 garis, hoje tem no máximo 50. Outro presidente comenta que dá para ver caçambas vazias cheias de lixo envolta por causa do morador que não coloca dentro da caçamba e o catador que tira da caçamba para recolher resíduos e levar para a separadora.

Como a Maré possui favelas muito diferentes é possível identificar locais mais críticos e outros menos. Um dos presidentes explica que nas moradias coletivas, os conjuntos habitacionais, é mais fácil de organizar o lixo e também ressalta que às vezes o morador é um “culpado involuntário” por que ele não sabe o que é certo, sempre viu fazerem errado e vai continuar fazendo. Neste momento, ele coloca a necessidade de uma conscientização. Perguntei sobre a educação ambiental e todos concordaram que tem que ter nas creches e escolas e que os professores e diretores podiam ser mais próximos da comunidade e abertos a esses projetos. No entanto, a educação ambiental não foi considerada no documento construído com o auxílio da REDES e os presidentes. Existe uma agenda prioritária em diálogo com o poder público como é descrito no item do documento que se refere a "direito ao ambiente saudável":

Demandas relacionadas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Parques e Jardins: (i) Aumentar plantios de árvores em praças e ruas das 16 favelas da Maré; (ii) Manutenção e melhoria do Parque Ecológico localizado na Vila dos Pinheiros.

Demandas relacionadas a Companhia Estadual de Águas e Esgoto – CEDAE: (i) Realização de obras para garantir o saneamento ambiental da Maré, coleta de resíduos e concretização da ligação da rede de esgoto ao tronco coletor e estação de tratamento.

Demandas relacionadas a Companhia de Energia Elétrica – LIGHT

(i) Modernização da rede elétrica e garantir a presença de um Polo de Atendimento Prioritário da Light.

Demandas relacionadas a Companhia de Limpeza Urbana - COMLURB

Aumentar número de garis; Realizar campanha educativa voltada para diminuição de pontos de concentração de lixo nas 16 favelas da Maré; Melhorar as condições de recursos humanos e materiais do Posto de Atendimento da COMLURB existente na Maré.

Nesse contexto, a questão ambiental é associada ao urbanismo que abrange aspectos estruturais relacionados aos direitos básicos dos moradores, como o

saneamento, o abastecimento de água, a coleta de lixo, a arborização das ruas, a iluminação e etc. No último ponto, sobre a questão do lixo, é possível identificar a demanda por campanhas educativas mas o termo educação ambiental é pouco utilizado nessas narrativas.

Nesse sentido, a experiência do “Maré que Queremos” se aproxima do conceito de "sistema de arenas públicas" explorado por Fuks (1998), onde estão em curso as atividades reivindicatórias de grupos, a criação de novas leis, a divulgação e a definição de novas políticas públicas. Ou seja, o sistema de arenas públicas constitui-se, simultaneamente, em espaço de ação e de debate. “Na dinâmica que envolve a complementaridade dessas duas dimensões, ocorre o processo de definição dos problemas sociais e dos temas emergentes e salientes. (p.2)". Apesar desse espaço não ter como foco as questões ambientais, essa arena de debate se torna fundamental no processo de garantia de direitos. Tanto a articulação entre as associações de moradores, como o diálogo com o poder público, são ferramentas de elaboração dessas pautas e construção de propostas que atendam os direitos dos moradores da Maré que muitas vezes são negados.

Com o intuito de aprofundar essa reflexão, de como a educação ambiental é entendida na Maré, recorro aos depoimentos dos entrevistados que trouxeram perspectivas distintas e, às vezes, semelhantes sobre determinados assuntos.

"Onde é que está o meio ambiente aqui?"

Para introduzir o tema comecei questionando sobre o que é esse meio ambiente na favela atualmente. Nesses anos falando e ouvindo sobre este tema na Maré foi possível perceber o uso desse termo "meio ambiente" associado à árvores, plantas e verdes, como Cláudio define "o meio ambiente pra mim é a vegetação, as pessoas." e Carla também faz essa associação: "a gente sabe que precisa das árvores, precisa do meio ambiente para sobreviver". Joyce ainda é mais incisiva e afirma que a ausência de árvores faz com que não tenha meio ambiente na Maré: "Nem tem meio ambiente aqui, só lá Vila Olímpica que eu gosto de ir lá porque lá tem bastante árvore".

Ampliando essa perspectiva, Maria também manifesta sua visão, que vai de encontro com o que foi manifestado pelo documento “Maré que Queremos”:

Meio ambiente é eu ter um ambiente menos poluído, mais arborizado, dentro do que exige a própria natureza. (...) Na realidade, a natureza vem de muito tempo sendo devastada, abalada. É tanto que nós já estamos sofrendo isso na pele, a necessidade de ter um ar mais puro, termos um clima totalmente desregulado.

No entanto, também estão presente algumas opiniões que consideram o ser humano e sua relação com esse ambiente. Jonas instiga esse questionamento na fala a seguir:

O que é do meio ambiente? Educação, respeito, tratar um ao outro bem, amar seu vizinho, amar seu próximo, viver em uma conduta, cada um no seu caminho de estudo para os nossos filhos.

João também se refere aos comportamentos que foram se transformando de acordo com as mudanças no ambiente.

Aí a gente foi mudando os hábitos e aí abandonando a relação que a gente tinha com o mar, por exemplo. (...) Então, a gente não precisa mais ir na colônia, por que agora vende congelado no mercado.

Segundo ele, a relação com a pesca e com mar era muito mais presente na Maré, o mesmo morador também manifesta seu olhar crítico sobre essa percepção do meio ambiente na favela e como essa reflexão é necessária.

Você se pergunta "onde é que está o meio-ambiente aqui"? Por mais que ele seja mais amplo que uma árvore, a terra, o plantio. É uma reflexão importante isso de fazer. Até mesmo quem tem mais conhecimento sobre meio ambiente e como pode intervir nos espaços de gestão, se não tivermos um exercício sobre o que é onde está o meio ambiente aqui... É uma discussão que não é feita.

Seguindo o gancho dessa pergunta, questionei também sobre o que é educação ambiental. Esse momento era mais desconfortável para algumas pessoas que algumas vezes resistiam em responder pois não sabiam. Eu reforçava que não esperava uma resposta certa e que o interessante era a opinião dele sobre o assunto. Nessa diversidade de opiniões e saberes é possível perceber como as visões críticas estão presentes nessa narrativa sobre a educação ambiental. Joyce demonstra um pouco desse distanciamento com a sua reação: "Não tenho ideia o que é educação ambiental. Ouvi falar atuando. Foi quando eu comecei a gostar e continuei."

João comenta sobre como teve contato com a educação ambiental e traz uma informação importante sobre os processos pedagógicos que a educação ambiental se propõe: "O único acesso que eu tive à educação ambiental é de cartilha e aí quando tem algo como oficina ou um curso. Você é uma coisa totalmente alienante, porque eles não te veem como protagonista da sua história." Alguns formatos que se inspiram em metodologias convencionais na educação ambiental podem não considerar esse protagonismo que carrega saberes importantes para o processo. Por isso a necessidade de se investir cada vez mais em metodologias participativas que realmente considerem os moradores e esses conhecimentos que muitas vezes são invisibilizados por projetos com conhecimentos científicos dominantes.

Isso me remete a experiência do “Muda Maré”, que há oito anos vem tentando construir essa horizontalidade. Não é uma tarefa fácil já que o desafio maior é a mobilização e articulação de diferentes pessoas e opiniões. Atuar de forma participativa nesse contexto é trabalhar com essa diversidade e suas tensões; os temas geradores ajudam a fazer a mediação. Mesmo com essas diferenças, era possível encontrar temas que geravam interesses em comum, ou indignações em comum, o que possibilitava a construção de processos pedagógicos. Um exemplo disso é a proposta participativa do projeto de escutar os moradores, identificar as demandas levantadas e observar como a dinâmica local pode contribuir com as atividades de educação ambiental. Desde o início fomos de porta em porta perguntar para os moradores o que eles achavam sobre algum tema e essa escuta contribuiu para autonomia desses atores no processo, hoje o grupo possui uma moradora da Maré e tem dialogado em outras comunidades também.

Seguindo um viés crítico, alguns entrevistados colocaram outro ponto de vista sobre a educação ambiental. Não se trata de pensar apenas na forma como ela atua, é preciso reconhecer a estrutura em que ela está inserida na sociedade.

Bruno evidencia a precariedade dessa estrutura nos espaços de ensino.

O que eu to querendo dizer também é que a educação ambiental, a educação do Brasil e a educação ambiental dadas nas favelas tá degradada, então é esse conhecimento, muitas das vezes, não chega no menino também. Ele perdeu essa relação que é mais hereditária e não consegue ter isso nesses espaços de formação.

Sobre esse conhecimento “hereditário” Bruno explica melhor na fala a seguir:

Esse conhecimento da minha mãe pra essa terceira geração ou quarta, tem se perdido então essa educação ambiental é importante por que vai ter acesso a relação com a vida, não é só relação com a terra, com a vida, ele começa a perceber todo um valor que está ao redor dele.

João complementa quando manifesta de forma clara uma perspectiva crítica da Educação Ambiental na Maré.

Educação ambiental é você conseguir despertar interesse nas pessoas sobre o que é meio-ambiente e fazer esta reflexão mais crítica, mais profunda. as pessoas não fazem análise de conjuntura, as pessoas não sabem nem o que é conjuntura. Eu não vejo programa de educação ambiental na Maré.

Ele também afirma que quando existe algum programa de educação ambiental na Maré, geralmente é feito por uma empresa petroleira, que está causando impacto na Baía de Guanabara e inclui essas atividade como parte da sua responsabilidade social. Esse é um grande tema da justiça ambiental e ecologia política já que muitos empreendimentos além de causarem impactos ambientais são obrigados a executar práticas pedagógicas como afirma Menezes (2015 p.22):

[...] Nos últimos anos houve uma adesão ao uso de estratégias pelos setores do capital em incorporar a educação ambiental como instrumento de educação política, por meio das ações de responsabilidade social e da sustentabilidade do capital. Estas ações de formação política direcionam suas práticas pedagógicas para o estabelecimento de consensos em torno de ideologias que favorecem os setores mais avançados do capital.

Segundo Loureiro (2004, p.14), diante do panorama das tendências ambientalistas hegemônicas, o caráter da educação ambiental ficou “subordinado à resolução de problemas ambientais vistos como finalidades pragmáticas, ou seja, como fins em si mesmos, sem qualquer crítica substantiva às relações sociais vigentes”. Nesse contexto, não podemos confundir essa corrente pragmática da educação ambiental, que se alia à gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável, com o caráter prático da educação ambiental na realidade da favela. Essa perspectiva do cotidiano, das práticas diárias de convívio, aparece na fala de Emerson quando explica o que é educação ambiental para ele:

É a pessoa entender quais são os limites do planeta, que tipos de materiais poluem menos, entender e tentar usar na vida dele isso. Que tipo de atividade ele pode fazer para que ele seja mais saudável, inclusive. Que a pessoa consiga ter consciência de que

ações ele pode desenvolver na vida cotidiana para que ele tenha uma vida mais saudável e tenha um ambiente do lado dele mais saudável também. Coisas básicas, como, por exemplo, desnaturalizar o lixo na rua, o desperdício da água, o gato de luz. Tinha que ter coisas muito ligadas à vida prática das pessoas, para que se crie uma cultura e uma relação melhor com o ambiente local.

Essa visão remete à discussão sobre a educação ambiental em um contexto amplo, no que diz respeito à educação para a cidadania ambiental. Segundo Paula Júnior, (2009) é preciso desenvolver uma ação popular que leve em conta a construção coletiva de uma posição crítica em relação ao meio ambiente, mas que também dê vazão a desejos e necessidades das pessoas que constituem esse grupo em ações e práticas. Jacobi (2005) também expõe um desafio, sob a perspectiva político-ético da educação ambiental, que se apóia no potencial transformador das relações sociais, de contribuir para o processo de fortalecimento da democracia e da construção de uma cidadania ambiental.

Recorro de novo à experiência do “Muda Maré”. Desde que comecei atuar com esse projeto de extensão era muito presente a pauta da arborização. Começamos a fazer a frente “Rua da Muda” que consistia na adoção de mudas pelos moradores de uma rua escolhida. Foi um processo de muita escuta do que e porque plantar, o que plantar e como plantar⁷. Apesar de em muitas situações as mudas não resistirem, foi um processo importante que mobilizou uma discussão e gerou impacto no dia de mutirão onde algumas pessoas participavam. Jonas que participou da primeira edição do “Rua da Muda” conta um pouco sobre essa experiência:

Sete anos que a gente plantou a aroeira, olha só o tamanho que tá. O ambiente pede muito isso (árvores), por que a árvore ela fornece pra nós o oxigênio. [...] Todo mundo vem aí atrás de erva. Chega na farmácia, na casa de erva, três folhinhas por 3, 4 contos. Dessa daí eu dou um galho inteiro, bota pra secar e guarda em casa. Vem gente de Ramos, de Olaria, vem de tudo quanto é lado pegar.

Em um espaço de discussão universitário sobre educação ambiental crítica ouvi pessoas comentando as falas de palestrantes que me chamou atenção. Eles afirmaram que, em um território com problema de segurança pública, como a Maré,

⁷ Uma das perguntas do questionário do Censo Maré (2010) foi se os moradores possuem plantas e qual seu uso. No resultado consta que 26% dos domicílios, 47 758 domicílios, possuem plantas, sendo a maioria para decoração (89,3%).

plantar não é um iniciativa da educação ambiental que iria surtir efeitos, já que existem problemas estruturais que devem ser prioritários. Pensei bastante sobre esse posicionamento e decidi questionar sobre esse assunto os entrevistados, perguntei se fazia sentido plantar nessas condições de conflito armado na região. Quando traduzo essa perspectiva para Bruno ele reage com o seguinte argumento:

Bem, se a pessoa que falou de fora, que teve mais informação, ela talvez não consiga distinguir. Eu fiquei feliz de escutar isso, por que eu descobri que essa pessoa pode ser menos informada, mesmo tendo um grau educacional, institucional maior, em relação com a vida ela não sabe de nada, sem neurose. (...) Mas quando você não sente na pele, talvez você não perceba o valor disso. É como falar da fome sem nunca ter passado, ou do amor sem nunca ter sentido, entendeu?

Essa última fala ainda ressoa como uma reflexão necessária ao meu trabalho de pesquisa. É possível encontrar discursos acadêmicos muito firmes e críticos sobre realidades distantes da universidade mas é preciso atentar para que não se reforce estereótipos nessas narrativas. Para pensar a educação ambiental nas favelas é preciso ver esse espaço como um lugar que não se resume à violência. Guimarães (2016, p.21) também sinaliza essa questão.

Não podemos deixar de lembrar que os indivíduos em geral, entre eles os educadores, seres sociais que somos, experienciamos em nosso cotidiano a dinâmica informada pelos paradigmas da sociedade moderna que tende a se auto perpetuar e que, seguindo essa tendência, é reprodutora de uma realidade estabelecida por uma racionalidade hegemônica.

É claro que questões de segurança pública sempre vão atravessar as questões ambientais nesses territórios, mas a favela é muito além de tiro e arma. João, Cláudio e Emerson explicam essa realidade.

Ninguém vai plantar no meio da bala, mas a Maré não está em guerra por vinte e quatro horas. Geralmente, os tiros que são na Divisa ou quando a Polícia entra, que fica sério. Mas a maior parte do tempo é o pessoal na rua.

Tem bala aquela coisa toda mas se a gente não fizer quem vai fazer pela gente? Tem que fazer, mesmo que tenha bala perdida mas tem uma hora que vai parar. Não é sempre que tem bala perdida, senão não existia mas ninguém aqui na Maré. Tem um pessoal que diz muito esse tipo de coisa mas eu digo que eu to vivo. Por que as pessoas falam, bala perdida, aquela coisa toda mas não é assim

também, não é direto, senão não tinha uma árvore nesse Rio de Janeiro. A gente tem que fazer, ajuda a gente a fazer ao invés de ficar criticando, pelo menos vai tomar conta da planta, vou plantar e você toma conta.

Você está em um ambiente agradável, mais bonito, que se tenha contato com a natureza, que se tenha um clima melhor. Não resolve a violência, mas ajuda as pessoas a ocuparem mais o espaço público, a se encontrarem mais.

Segundo Jacobi (2005), as políticas ambientais e os programas educativos relacionados à conscientização da crise ambiental necessitam cada vez mais de novos enfoques que integrem essa realidade contraditória e geradora de desigualdades, que transcendam a mera aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis. Sendo assim, buscar esses saberes não acadêmicos é mais um desafio para a atuação da educação ambiental na favela.

“Cada rua dessa aqui tem um mestre.”

Em contraponto a esse estigma associado à favela discutido anteriormente, quando pergunto para os entrevistados qual é o ponto positivo da Maré todos tiveram respostas equivalentes que me chamaram atenção.

O positivo é o afeto, por que as pessoas ainda se ajudam ainda olham um pelo outro, ainda olham a casa um do outro, essa relação afetiva, de comum, construída também pela necessidade, construção das casas, vários outros fatores fez essa aliança com a essência de onde eu moro. (Bruno)

Positivo assim é a consideração um pelo outro, dá bom dia, boa tarde, quando um tá precisando, pelo menos as pessoas da minha época, está doente, os vizinhos ajudam, quando está doente. Eu mesma penso assim, a gente é muito unido. (Joyce)

Pontos positivos para mim são as pessoas, elas tem uma pegada de colaboração, das pessoas se ajudarem, às vezes é até inconsciente, mas esse senso de comunidade acontece realmente e as vezes em pequenas coisas, às vezes até faltar uma coisa em casa e a pessoa te ajudar. (João)

Eu gosto muito da Maré porque faz parte da minha vida e acho que tem um sentimento de potência naquele lugar, de criatividade, de reinventar a vida cotidiana, de recriar suas condições de vida. As pessoas são muito pobres, mas se ajudam muito também. (Emerson)

Esse discurso foi muito marcante nas entrevistas, a colaboração, solidariedade e a ajuda apareceram como característica mais marcante do lugar. Sobre um ponto negativo da Maré, Bruno explica melhor quando fala sobre a questão do consumo dos jovens que nos faz refletir sobre o controle ideológico que a mídia exerce.

é a relação de consumo, por que a relação de consumo em relação a favela que tá muito na mídia, a favela que tem uma exposição muito grande, e é uma favela onde os jovens tem muito acesso ao consumo. Eles consomem muitos produtos que as vezes, muitas vezes, que nem a pessoa que tem maior poder aquisitivo consomem. Às vezes os jovens aqui ficam mais influenciados a isso. Você abre uma rede social aparece um produto que geralmente você já pesquisou alguma coisa antes pra ver, então você é bombardeado por isso o tempo todo. E como isso muitas das vezes não é discutido aqui, com tanta frequência, você fica muito exposto, você não percebe que está sendo aliciado, (...) Você quer aquele consumo por que o desejo vem e aí você procura outros meios pra conseguir. Então por isso que eu acho que a relação com o consumo é a mais perversa.

Podemos ampliar essa discussão para um contexto mais amplo em que não só a Maré está inserida, mas a sociedade como todo. O consumo, fruto da estrutura do neoliberalismo atual, atua como uma ferramenta de controle que grandes empresas utilizam para o seu lucro, ao mesmo tempo, serve como meio de garantir status perante outros indivíduos.

Esse cuidado com o outro faz parte da sobrevivência que sempre foi fruto de uma resistência diária. Bruno traz uma reflexão importante sobre as soluções que os moradores acabam criando nesse ambiente

Esse habitat onde a gente mora, ao mesmo tempo que a gente tem que discutir essa relação com o consumo, mas busca muitas das vezes suas soluções, soluções que nascem aqui, geralmente de moradores antigos. Agora eu to vendo muito mais as pessoas plantarem, não só por questão de enfeite, geralmente quem vem de uma origem mais relacionada com a terra em si, ele guarda todo esse conhecimento, então ele valoriza muito mais essa relação com o ambiente. Que não é algo separado, é algo que perpetua pra ele continuar vivendo a vida dele. As pessoas acabaram vivendo aqui muitas das vezes por essa busca de sobreviver pelo meio ambiente, através da coleta, através da pesca que cada vez fica mais distante por causa da degradação, ela vai buscando nesse meio ambiente, essa sobrevivência.

Essas soluções que foram criadas ao longo da história da Maré foi o que permitiu o desenvolvimento de um dos maiores complexos de favelas do mundo.

Essa história e os saberes constitutivos dessa experiência podem contribuir com processos pedagógicos em ambientes escolares ou não. Por isso, buscar e incentivar as potencialidades que surgem desse fazer é mais um desafio para a educação ambiental. A ecologia de saberes poderia dar luz à esses processos, já que se entende, como afirma Silva (2016. p.29), “que o conhecimento científico não é o único, e dependendo da situação, não é o mais eficaz entre os saberes existentes na terra”.

“Qualquer coisa que o peixe não coma é pra deixar dentro do barco.”

Uma das referências colocadas pelos entrevistados foram os pescadores. Claudio propõe que os pescadores podem ser educadores e ensinarem a partir da sua relação com o mar e a pesca.

Os pescadores podiam mostrar pras pessoas não jogarem lixo nos canais, pois a maioria faz, por que o peixe não come lixo. O pescador pode ajudar nessa parte aí, ajudar, mostrar.. A gente já faz isso, por que a gente pede pras pessoas não jogarem o lixo no mar. Qualquer coisa que o peixe não coma é pra deixar dentro do barco. A gente já ensina mas a gente sabe que o ser humano é difícil né, por mais que a gente fale com ele...

João traz uma perspectiva crítica sobre esse tema. Segundo ele, com o derramamento de óleo na Baía em 2000⁸, além de ter causado um impacto ambiental imensurável, não houve indenização para os pescadores.

Em 2000, quando a Petrobras derramou óleo na Baía, eles não foram indenizados. Eles não sabem garantir seus direitos. Uma educação ambiental crítica com os filhos deles, para resgatar a memória, do orgulho de fazer parte da história da Maré, trabalhar essa questão da auto-estima.

Nesse sentido, ele sugere que a educação ambiental se oriente por essa justiça ambiental que dá suporte aos atores envolvidos na garantia dos seus direitos. A memória é um conceito fundamental que aparece aqui como uma ferramenta para fortalecer a identidade da pesca, que, segundo João, é muito criminalizada, e “deixou de ter aquela relação que tinha de entendimento do que é a pesca, do que ela representa para a Maré”.

⁸ No dia 10 de março de 1997, ocorreu um vazamento de cerca de 3 milhões de litros de óleo combustível (OC-2A) no PE-II, uma região de mangue entre as instalações daquela refinaria e a orla da Baía de Guanabara

“...não tem uma cultura institucional ambiental na Maré”

Foi possível observar que, mesmo com uma riqueza de histórias de ocupação de diferentes comunidades e as iniciativas que continuam transformando esse espaço, a questão ambiental não é uma demanda norteadora das instituições que atuam na Maré. Emerson pontua: “pensar em termos de estado e prefeitura, a COMLURB e a CEDAE poderiam atuar de forma mais forte, inclusive pedagogicamente com a população”. Nessa direção, elenquei algumas falas que sugeriram parcerias com equipamentos públicos ou não.

Os moradores até tem conhecimento, a população deveria fazer uma conscientização melhor, junto com a COMLURB que tá ligada ao parque e jardins, tinha que ter uma área de conscientização. Muito lixo na rua, que dava pra ser reaproveitado, não tem nenhuma cooperativa de reciclagem aqui dentro que incentivassem os moradores, que fizessem um trabalho com os moradores pra explicar o que é lixo, o que aproveitar. (Carla)

Poderia ter uma cooperativa que geraria recursos e empregos para essas pessoas, geração de rendas. A COMLURB teria um papel importante em difundir a reciclagem. Dizer o porquê e como fazer, que pode gerar renda. As pessoas não sabem, elas não separam, na maioria dos lugares, lixo orgânico de reciclável. (Emerson)

Essas ideias podem ser desenvolvidas por uma educação ambiental de base comunitária que para Silva (2016, p.99), é a educação promovida nas favelas e outros espaços populares subalternizados, que tenha como objetivo a promoção de uma sociedade ambientalmente e socialmente mais justa. Com a mobilização e a articulação de parcerias e instituições, as comunidades do complexo, enquanto bairro, podem compreender seus direitos e reivindicar, para além de pautas e soluções pontuais, serviços e projetos que o município deve garantir.

Cláudio propõe uma atividade pedagógica que apresente “os ciclos das coisas”, de onde vem a água, a comida e o sustento da cidade.

Por exemplo, leva eles pra uma rede de tratamento de água, a sujeira que tá entrando ali, depois ele vê como a água saiu, vê o tratamento de esgoto. Então ele vai começar a se acostumar e começar a se preocupar que tem que tomar cuidado da água por que sem água já era. Vamos tomar conta da terra. Da onde vem

a comida? Tem que saber de onde vem aquilo ali. Dá pra fazer aqui dentro da Maré, tem os CIEPs....

Sob o viés da escola, Carla também pontua essa necessidade: “Tinha que fazer uma conscientização junto aos moradores, junto com as escolas também, fazer um trabalho legal das escolas junto com o Parque, poder reconhecer as árvores...”. A comunidade escolar tem papel fundamental no desenvolvimento de ações de educação ambiental, é possível articular esses diversos saberes com o conteúdo curricular. É extenso o debate sobre a relação entre o que é básico-comum mas não vou me deter nisso. Recorro ao Artigo 26 da LDB que determina que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 2017). Nesse sentido esses conhecimentos locais que trazem saberes sobre a história da Maré, suas transformações e soluções encaminhadas, devem ser complemento para o currículo das escolas da Maré.

“Vamos fazer um filme?”

Segundo Sanchez, Monteiro e Monteiro, (2010), é essencial repensar as metodologias adotadas pela educação ambiental. Esta condição exige criatividade, inventividade e parceria para que se reconheçam valores e saberes locais na constituição cognitiva de gestão conhecimento individual e coletivo para autonomia. Por esse viés podemos destacar a sugestão de João quanto às alternativas que a educação ambiental pode incorporar.

Aí já pensam isso, educação ambiental na favela, mas os caras não sabem plantar uma árvore. E isso é mentira. A relação das pessoas daqui com a natureza é muito mais forte do que quem mora fora da favela, no sentido de ter disposição e conhecimento. Cada rua dessa aqui tem um mestre, mas não tem espaço para plantar. [...] Por isso que o audiovisual é uma ferramenta potente. A gente trabalhava uma oficina de cinema, a chamada não era "venha fazer educação ambiental!", era "vamos fazer um filme?". Quando a galera chegava, começamos a dizer que fazíamos parte de um processo de educação ambiental participativa.

Relacionei esta fala com o coletivo de pesquisa em cinema ambiental do Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé (NUPEM) da

UFRJ. Esse coletivo tem como objetivo pensar a prática de pesquisa colaborativa e vivenciar as interações socioambientais pensando os encontros como espaços de formação. A produção audiovisual pode ser uma ferramenta importante para comunicar e dar visibilidade às questões ambientais locais e também contribuir na construção de um processo pedagógico.

Não só a produção audiovisual mas o cinema também pode ser um caminho interessante para unir pessoas com um propósito. Digo isso pois também recorro a uma referência da Maré que utiliza o cinema dessa forma e ainda constrói um ciclo de reaproveitamento de óleo de cozinha. Bhega é morador do Parque União, que trabalha com sua bicicleta e alto falante divulgando eventos, e também coleta óleo de cozinha usado para vender. Com o dinheiro da venda desses óleos para uma empresa ele conseguiu comprar o equipamento para exibir de filmes na rua para crianças, o famoso “cineminha no beco”. Hoje ele atua em diversas comunidades fazendo sessões de filmes infantis na rua e ao mesmo tempo reciclando dezenas de litros de óleo de cozinha usado mês.

“O conhecimento dos mais velhos”

A história da Maré começa com a migração de nordestinos e essa característica faz com que os idosos e moradores antigos da Maré sejam referência de saberes artesanais, como contam os depoimentos a seguir:

Eu creio no remédio natural, medicinal, então acho muito mais eficaz um xarope caseiro. Aqui gastam quase 300 reais de remédio e, na realidade, se fizer um melado de açúcar com água e jogar um poejo e um saião, já sai um bom xarope, barato, simples e eficaz. (Maria)

"moça me dá um galhinho dessa aroeira, por que isso é bom pra inflamação, é bom pra varizes, pra machucado, é bom pra beber, o meu colírio é isso aí!" (Jonas)

A relação com as plantas já é de nascença por que de 4 a 8 anos eu vivi em roça, meu avô tinha uma chácara e eu tomava conta da horta. (Joyce)

Joyce também conta de um acidente em sua casa devido ao excesso de plantas. A estrutura da laje não era impermeabilizada e desmoronou com o peso e as infiltrações.

Eu plantei muito na laje, parei por que minha laje caiu uma vez, era pra eu e meu neto tá morto. De tanta planta que eu botava na laje, aí foi apodrecendo, deu rachadura e infiltração, quando eu fui ver já tava tarde. Eu tava deitada no sofá, foi Deus que mandou eu e meu neto sair da sala e ir pro quarto, quando a gente saiu desabou. Aí dois meses depois foi no quarto.

Outro relato bem forte para mim, e que coloco como último depoimento exposto nessa pesquisa, foi o de Bruno.

Eu tive essa EA pela minha mãe que é nordestina, talvez não tinha esse nome, mas ela passou conceitos que se baseiam nisso, de que a planta é um ser vivo, que você é parte disso e tal. Mas ela nunca estudou por que nunca passou pela escola, ela não passou por esse mestrado que você tá passando, ela viveu uma outra relação de educação ambiental...

Essa fala me remete a pensar em como a educação ambiental vai muito além de conceitos acadêmicos. Como propõe Santos (2010), com a ecologia dos saberes, é possível, e desafiante, buscar pela universidade contribuir com essa pluralidade de conhecimentos e produzir interações sustentáveis e dinâmicas que não comprometam a autonomia desses saberes. Desta forma, é fundamental que nos trabalhos de EA, o educador ambiental mantenha uma “postura de escuta”, ou seja, se proponha a ouvir e interagir com conhecimentos locais (SANCHEZ; MONTEIRO; MONTEIRO, 2010).

Essa nova epistemologia, além de proporcionar o encontro com o diferente e suas formas de pensar, perceber e vivenciar o mundo, dá fundamento para processos educativos e de mobilização. Reconhecer a diversidade de saberes e trajetórias da Maré é o primeiro passo para desenvolver propostas para uma educação ambiental transformadora que considere as soluções práticas do cotidiano mas que também pense na construção de um projeto estruturante a longo prazo.

Considerações finais

Resolvi começar a redação deste último capítulo em uma semana muito dolorida para a Maré, para a cidade. No dia 6 de fevereiro, semana anterior ao carnaval, Jeremias Moraes um menino de treze anos, foi alvejado no peito no momento em que uma unidade policial saiu do 22º Batalhão, situado entre a linha vermelha e a Nova Holanda. Foi um dia de doze horas de operação e muito terror para muitos moradores que ficaram sem poder sair de suas casas e ainda aflitos com a possibilidade das mesmas serem invadidas. Eu não poderia deixar de falar sobre isso, pois se não nada faria sentido. Pesquisar sobre o meio ambiente na favela e as relações experimentadas nesse ambiente é entender a luta pelos direitos como uma orientação para as ações de educação ambiental. Entender que esse corpo vivo no ambiente, que estava jogando bola na praça, ele precisa ter seu direito à vida respeitado, assim como todos os seres humanos. Não só Jeremias mas tantos outros, pretos e pobres, que são exterminados pela política de segurança do estado, são os que tem escolas com professores em piores condições de trabalho, são os que respiram o pior ar da cidade, os que tem piores condições de mobilidade na cidade e tanto os outros direitos que não são garantidos.

Além disso, a educação ambiental, na perspectiva crítica, pode ser aliada na luta por uma educação pública de qualidade. A partir de dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram contabilizado em 2017, 35 dias sem aulas nas escolas da Maré, o que corresponde a 17,5% menos de dias letivos obrigatórios por ano. Esses dados revelam que, se mantida essa dinâmica de fechamento de escolas por conta de confrontos armados, ao final dos 14 anos do ciclo escolar da educação básica, os estudantes da Maré terão perdido 490 dias letivos. Ou seja, não adianta somente demandar que a educação ambiental esteja presente nas escolas sob uma perspectiva crítica, é preciso também demandar que a prefeitura se responsabilize por repor essas aulas e se comprometa a garantir a segurança dos moradores da Maré (REDES, 2018).

Em termos populacionais, a Maré é maior do que 95% dos municípios brasileiros. Destaco uma reflexão proposta pelo Censo Maré de 2010: “Como podem gestores públicos não se atentarem para esses dados e não investirem pesado

em políticas públicas que possam garantir o mínimo de bem-estar para os moradores da Maré, inserindo-os no conjunto da cidade?” (p.23) Levando em conta o recorte da educação ambiental, é fundamental pautar políticas públicas para a Maré que invistam em projetos e programas, visto sua dimensão e importância na cidade.

Durante a pesquisa pude perceber que os saberes locais a que tive acesso, e tantos outros aos quais não tive acesso, são fundamentais para a mobilização de soluções, mesmo com políticas públicas escassas e precárias. Esses conhecimentos locais que elencam diversos temas geradores, como a questão do lixo, o uso do espaço público, e as relações interpessoais, podem dar subsídios à educação ambiental crítica e transformadora nessas favelas. O que os moradores pensam sobre meio ambiente na favela e que relações os mesmos experimentam com esse ambiente constituem a base para se pensar os processos educativos que a educação ambiental se propõe para além de diretrizes nacionais.

Como foi comentado anteriormente, é pouco presente esse recorte nos documentos de referência da educação ambiental e na literatura acadêmica, apesar de já existirem diversas iniciativas que atuam de forma autônoma, ou não, nas favelas do Rio. Fortalecer essas iniciativas e incentivar outras que podem emergir de parcerias com instituições locais é uma linha para a qual a secretaria do meio ambiente poderia contribuir, financiando projetos. Para além das Hortas Cariocas e outras ações da Prefeitura, é preciso investir em iniciativas comunitárias que se proponham a construir um processo de longo prazo e comprometido com o desenvolvimento territorial.

O levantamento bibliográfico revelou a pouca produção acadêmica sobre esse tema. É necessário que haja mais pesquisas sobre a questão ambiental na favela e seus processos educativos. Para isso a universidade precisa estar disposta a reconhecer e valorizar os diferentes conhecimentos. Para além de definir a vertente da educação ambiental que deve ser seguida, é fundamental considerar os diversos pontos de vistas e dialogar com demandas plurais, seja a nível prático e pontual ou de políticas públicas de longo prazo.

Nas entrevistas e observações de campo, pude compreender que a heterogeneidade da Maré impossibilita traçar padrões ou definir em uma única idéia o que é esse meio ambiente na Maré e como a educação ambiental pode atuar. Esse

terreno fértil permite explorar de forma criativa as possibilidades que surgem das iniciativas locais.

Os espaços em que estive circulando e observando e que passaram por transformações são exemplos de lugares que foram ressignificados a partir da reflexão sobre o ambiente. Seja a partir de princípios que valorizem a qualidade de vida e a saúde, ou a partir de motivações coletivas por mudanças, essas práticas são fundamentais para se pensar a educação ambiental na Maré.

Ficou ainda evidente nos depoimentos dos entrevistados que existe interesse e preocupação em compreender como o ambiente na Maré pode ser mais cuidado. Os saberes dos mais velhos, dos pescadores e a articulação com instituições, como COMLURB, CEDAE e escolas, aparecem como possíveis temas geradores para desenvolver a questão ambiental. Esse diálogo entre diferentes formas de saber pode ser feito pela ecologia dos saberes mas sob a responsabilidade de todas as esferas de se comprometerem com essa troca, formando uma rede dialógica sensível a esse intercâmbio (SILVA,2016).

Para pensar em iniciativas de educação ambiental para a Maré é imprescindível costurar essa rede de saberes e atores que experimentam o espaço a partir de diferentes perspectivas. Identificar esses educadores populares, os “mestres” e os “crias” que atuam no cotidiano dessas mudanças é o ponto inicial para traçar propostas para uma educação ambiental crítica e transformadora. O protagonismo desses saberes deve ser referência para políticas públicas que precisam levar em conta esses conhecimentos, para além dos saberes científicos que fundam os pilares das diretrizes ambientais.

Nesse percurso de pesquisa, além de ter identificado demandas e soluções sustentadas em conhecimentos locais, tive contato com histórias de luta e resistência que carregam muita força. Essa troca me fez entender que meu lugar como pesquisadora é na maioria das vezes de escuta e aprendizado e agradeço muito pela “universidade” Maré ter me ensinado isso. Como seu Jonas disse: “Até aqui, Deus tem nos ajudado.”

7

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais”, in: **Conflitos ambientais no Brasil**, Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-35.

_____. **Justiça ambiental e cidadania**. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b, p.23-39.

ALIER, J. M. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. 3. ed. Blumenau: Furb, 1998.

_____. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Trad. Mauricio Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COMPLEXO DE FAVELAS DA MARÉ “**A Maré que Queremos**” – Documento mimeografado, 2010.

BARBOSA, J. L; SILVA, J. S. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2013

BRANDÃO, C. R. A Pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços da América Latina. In: Brandão, C. R.; Streck, D. R. (Org.). **Pesquisa participante: o saber da partilha**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006. p. 21-54.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. – 3 ed – Brasília: MMA, DF,

2004. Disponível em:
http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80221/pronea_4edicao_web-1.pdf

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Aglomerados subnormais: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em:
ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Aglomerados_subnormais/Aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/notas_tecnicas.pdf. Acesso em: janeiro de 2018.

COMUNIDADES CATALISADORAS (COMCAT). **Rede Favela Sustentável: Mapeamento**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:
<http://comcat.org/wp-content/uploads/2017/12/Rede-Favela-Sustentavel-Relatorio-Final-2017.pdf> Acesso em: 20 fev. 2018.

DAVIS, M. **“O Planeta Favela.”** São Paulo: Boitempo, 2006.

DINIZ, E. N. J. **A relação escola-família-vizinhança na favela da Maré e o Programa Escolas do Amanhã/Bairro Educador**. Rio de Janeiro, 2017. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

DINIZ, E. N. J; BELFORT, M; RIBEIRO, P. **Memória e identidade dos moradores do Morro do Timbau e Parque Proletário da Maré** / [Organizado por:] Diniz, Edson; Belfort, Marcelo Castro; Ribeiro, Paula – Rio de Janeiro: Editora Redes da Maré, 2013.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Revista Educar**, Curitiba: Editora UFPR, v. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>>. Acesso em 26 mai. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FUKS, Mario. Arenas de Ação e Debate Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro. **Dados [online]**. 1998, vol.41, n.1, pp.-. ISSN 0011-5258.

GOHN, M. G : Educação popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma. In: ETD - **Educação Temática Digital 4** (2002), 1, pp. 53-77.

GUIMARÃES, M. Por uma Educação Ambiental Crítica na Sociedade Atual. **Revista Margens Interdisciplinar**, [S.l.], v. 7, n. 9, p. 11-22, maio 2016. ISSN 1982-5374. Disponível em: <<http://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2767>>.a

HARVEY, D. Space as a keyword. In: Castree, N. e Gregory, D. (org.) **David Harvey: a critical reader**. Malden e Oxford: Blackwell. Tradução livre: Letícia Gianella, 2006.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS (IPP). **Diagnóstico para a Sustentabilidade do Desenvolvimento da Maré**. Rio de Janeiro, 2016

JACOBI P.R; Tristao M.; Franco M. **A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento**. Cad Cedes 2009;

LAYRARQGUES & LIMA, G.F. da C. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. **Anais** do VI Encontro “Pesquisa em Educação Ambiental” . Ribeirão Preto: USP. 2011.

LAYRARGUES, P. P. **A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema gerador ou a atividade-fim da educação ambiental?** In: REIGOTA, M. (Org.). *Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes. 1991. 145 p. Título original: Le droit à la ville.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

LOUREIRO, C.F. **Educação Ambiental Transformadora** MMA. Identidades da educação Ambiental Brasileira. Brasília: Edições MMA, 2004.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. **Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica**. In: Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013.

MENEZES, A. K. **Escolas sustentáveis e conflitos socioambientais: reflexões sobre o programa governamental das Escolas Sustentáveis sob a ótica da Justiça Ambiental**. Dissertação (Mestrado em Educação), 160f - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MORETTI, C. Z; ADAMS, T. **Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do sul**. *Educação & Realidade*, 2, 447-463, 2011.

OLIVEIRA, Haydée Torres de. **Desejos e caminhos convergentes entre a educação popular e a educação ambiental na América Latina**. São Carlos: GEPEA – Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental/DHB/UFSCar. 2008

RIOS, N.T. **Educação Ambiental em escolas próximas ao Pólo Industrial de Campos Elíseos: a influência do contexto industrial e do risco**. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

REDES, 2012. **Guias de Ruas da Maré** - http://redesdamare.org.br/wp-content/uploads/2012/10/GuiaMare_Web.pdf Acessado em 14/09/2015

Redes da Maré e Observatório de Favelas, 2018.

REDES DA MARÉ E OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, **Censo Maré**, 2017.
Rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, B. S. **A ecologia dos Saberes**. A Gramática do Tempo: Para um Nova Cultura Política” p 137 à 157, 2006.

SANTOS, B. S. "**Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro**". Coimbra, Conferência de abertura ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. 2004

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010b, p. 31-83.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, E. S. . O território da Maré. In: Andréia Martins de Oliveira Santo; Eliana Sousa Silva; Eblin Joseph Farage. (Org.). **A articulação de temas essenciais à educação pública na Maré: segurança pública, desempenho escolar e mobilização social**. 1ed.Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2010, v. 1, p. 17-27.

SILVA, E. S. **O contexto das práticas policiais nas favelas da Maré: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas**. Rio de Janeiro, 2009. Tese de Doutorado – Faculdade Serviço social, Pontifícia Universidade Católica.

TOZONI-REIS, M. F. de C. Temas ambientais como “temas geradores”: contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. **Educar em Revista**, n. 27, p. 93-110, 2006.

Schucman, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”:** **raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** São Paulo, 2012 - Tese de doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, J. V. C. **Sociedades de água do Morro da Formiga: subsídios para educação ambiental de base comunitária e ecologia de saberes em uma favela carioca** Orientador: Celso Sanchez Pereira. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, C.R. R. **Maré: a invenção de um bairro.** Dissertação de Mestrado. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CENTRO DE PESQUISA E

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela** - Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, **2005**. 204p.

VALENTIM, D. F. D. **Ex-alunos negros cotistas da Uerj: os desacreditados e o sucesso acadêmico.** Rio de Janeiro, 2012. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica.

VIDAL, F. G E. **Entre favelas, pedreiras e Parque ecológico:** Um olhar sobre os conflitos socioambientais na Serra da Misericórdia a partir da atuação da ONG Verdejar Socioambiental. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013. 553

Anexo - Roteiro de entrevista

1. Identificação

- 1.1. Nome completo
- 1.2. Data de nascimento/idade
- 1.3. Lugar de nascimento
- 1.4. Endereço atual
- 1.5. Formação escolar e profissional
- 1.7 Desde quando mora na Maré?

2. Como se situa em relação ao contexto

- 2.1. Como vê lugar onde mora: favela, comunidade ou bairro ? Por que?
- 2.2. O que considera mais significativo e positivo? E os principais problemas ?
- 2.4 O que você conhece por educação ambiental? Ela atua nesse contexto?
- 2.5 Como você vê o meio ambiente nesse lugar?
- 2.6 Quais são as transformações que mais impactaram esse lugar?
- 2.7 Quais destas transformações foram feitas pelos moradores ?
- 2.8 Existem organizações, movimentos ou lideranças que atuam nessas intervenções?
- 2.9 O que você acha que possibilitou essas transformações?
- 2.10 Na sua opinião, que conhecimentos foram construídos nesse processo devem ser explorados nas práticas educativas?
- 2.11 Gostaria de acrescentar algo?